



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

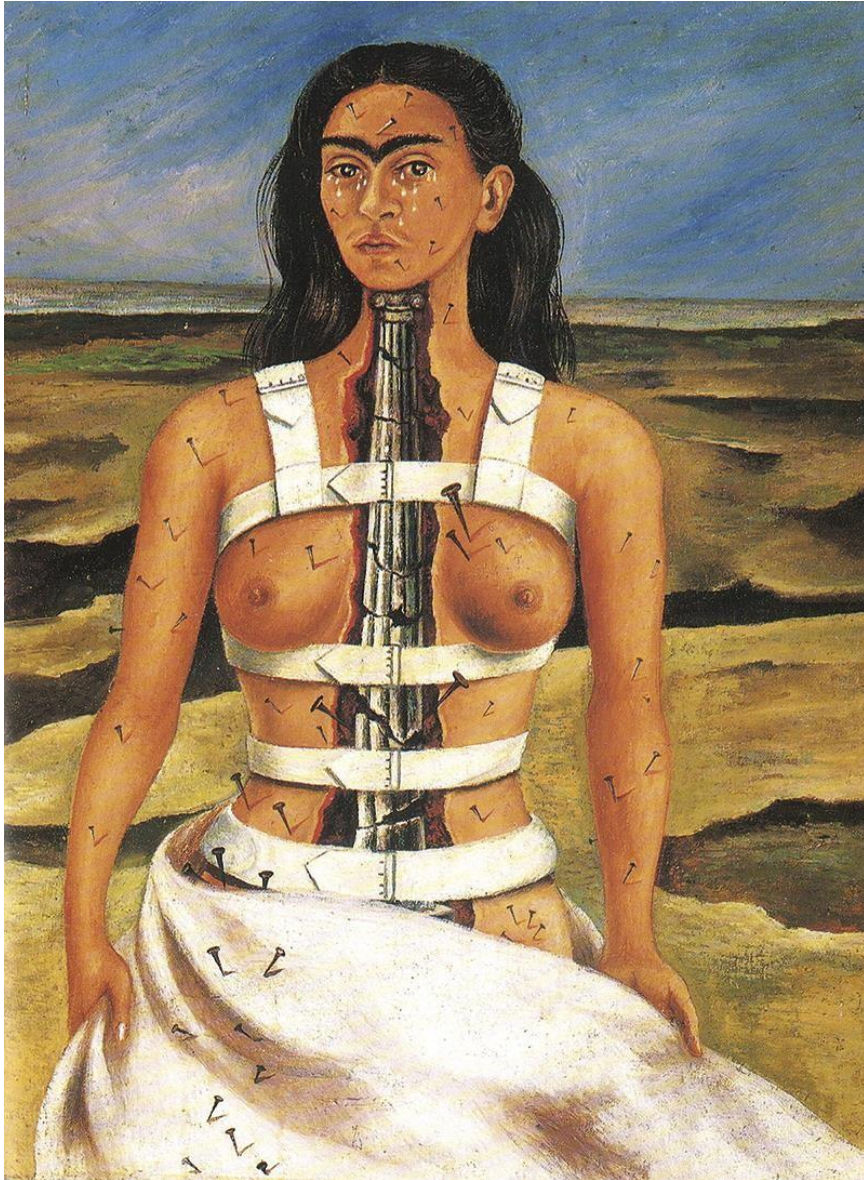
Inês Correia Filipe

**CONTRIBUTO PARA A COMPREENSÃO DO
FENÓMENO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA SOBRE
MULHERES
A VOZ DAS VÍTIMAS**

VOLUME 1

**Dissertação no âmbito do Mestrado em Psicologia da Educação,
Desenvolvimento e Aconselhamento orientado pela Professora Doutora
Maria Jorge Ferro e apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da
Educação da Universidade de Coimbra**

Julho de 2022



Pensaram que eu era surrealista, mas nunca fui. Nunca pintei sonhos, só pintei a minha própria realidade.”

– Frida Kahlo

Em memória das 13 mulheres assassinadas em 2022, vítimas de violência.

Agradecimentos

Gostaria de dirigir os meus agradecimentos à Professora Doutora Maria Jorge Ferro pelas indeterminadas mensagens de calma, serenidade e tranquilidade. Por ter acreditado sempre em mim, mesmo em momentos de desânimo. O seu envolvimento neste trabalho foi crucial, pois a realização deste não seria possível se não tivesse acreditado nas minhas capacidades.

A todas as participantes desta investigação que tão prontamente se mostraram disponíveis para partilhar as suas histórias, um enorme obrigada.

A todas as minhas colegas de curso que ouviram os meus desabafos e me acompanharam neste percurso. Principalmente, às “minhas” Ritas.

Às minhas amigas Andria e Joana, pela amizade.

Um agradecimento muito especial aos meus pais e ao meu irmão, pelo apoio, por todos os esforços que fizeram e, principalmente, pela paciência nas alturas mais complicadas deste processo.

Por último, mas não menos importante, quero agradecer ao Gui. Por tudo.

Sozinha nada disto seria possível.

A todos/as muito obrigada!

Resumo

A violência contra as mulheres é algo que se constrói culturalmente e, neste sentido, as próprias mulheres foram preparadas para viverem neste ambiente e perceber o preconceito, do qual são alvo, como natural.

O presente estudo procurou explorar a percepção de mulheres vítimas de violência por parte do seu companheiro, compreender se na infância experienciaram algum tipo de violência e analisar quais os seus pontos de vista relativamente à relação abusiva e à violência doméstica no geral. Assim, pretendeu-se compreender a violência doméstica pelo olhar de vítimas e contribuir para a desmistificação de crenças e estereótipos em torno da vitimação. Esta investigação tem carácter qualitativo e foi levada a cabo tendo em conta os pressupostos da *grounded theory* e da *grounded analysis*. Foram entrevistadas 6 mulheres, através de entrevistas semiestruturadas.

A partir da análise de dados foi possível verificar as marcas da cultura patriarcal em que vivemos ainda estão presentes, que a tomada de decisão para abandonar a relação abusiva depende em larga medida das diferenças individuais das vítimas e que, apesar de haver maior consciência de que a violência doméstica é crime, parece ser difícil identificar os seus sinais para quem está na relação abusiva.

Palavras-Chave: Violência Doméstica; Violência Contra Mulheres; Teorias Feministas; Narrativas Orientadas; Consciencialização Social.

Abstract

Violence against women is something culturally rooted, therefore women themselves learnt to live in this environment and take the prejudice as natural.

This study aimed to explore victim women perspective about their abusive relationship with their partners, realize if they experienced any kind of violence in their childhood and analyze their view on abusive relationships and domestic violence in general. Therefore, the mains study tried to understand domestic violence through the victims' eyes and contribute to the demystification of beliefs and stereotypes regarding violence. The qualitative research was carried out considering the grounded theory and the grounded analysis procedures. 6 women were interviewed, using the semi structured interviews approach.

Along-with the data analysis it was possible to verify that there are still patriarchal marks in the society we live in today, that the decision of abandoning an abusive relationship depends in great scale of the victims' individual characteristics and, even though there is a greater consciousness that domestic violence is a crime, it seems to be difficult to the victims to identify the signs.

Keywords: Domestic violence; Violence Against Women; Feminist Theory; Oriented Narratives; Social Awareness.

Índice	
Introdução.....	8
I - Enquadramento Conceptual	10
A. Contextualização Histórica da Violência Doméstica	10
Alguns Números da Violência Doméstica	10
Mitos e Estereótipos.....	11
B. Terminologia da Violência Doméstica	13
Definir Violência Doméstica	13
Panorama Jurídico	16
Tipos de Expressão Violenta	17
Impacto e consequências da violência doméstica na vítima	20
C. Teorias Explicativas para a Compreensão do Fenómeno	21
Perspetiva Feminista.....	21
Teoria Intergeracional da Violência	22
Teorias Intra-individuais.....	23
Ciclo da violência	24
Roda do Poder e do Controlo.....	25
D. Psicologia do Aconselhamento: Teoria(s) Feminista(s) e Teoria Rogeriana	26
II. Objetivos	31
A. Metodologia	32
B. Método.....	32
C. Recolha de Dados	33
D. Participantes	34
III. Apresentação e Análise de Dados.....	35
IV. Conclusão	50
VI. Anexos.....	59

Índice de tabelas

Tabela 1 – Apresentação dos dados sociodemográficos e pessoais das mulheres entrevistadas

Tabela 2 - Dimensões resultantes da sistematização das categorias e subcategorias

Índice de anexos

Anexo 1 – Roda do Poder e do Controlo

Anexo 2 – Ciclo da Violência

Anexo 3 – Consentimento informado

Anexo 4 – Guião da entrevista

Anexo 5 – Exemplo de codificação aberta

Anexo 6 – Esquema

Introdução

Desde há uns anos que o tema da violência doméstica (VD) tem surgido frequentemente na capa de muitos jornais. O que antes não era um tema relevante, agora tornou-se um tema recorrente e que chama muito a atenção do público. A sociedade, ainda que de forma lenta, parece estar a reconhecer esta realidade (Saffioti, 2001; Portugal, 2000; Matos, 2006; Dias, 2018;). No entanto, muitas vezes, as “histórias” de violência doméstica são retratadas tendo em conta o que os média consideram ser mais vantajoso para a audiência (ver neste documento as referências a jornais como o Diário de Notícias ou rádio como a TSF), acabando por transmitir apenas os casos mais gravosos (especialmente as situações em que há a registar a morte – por norma, da mulher) e não os casos mais comuns (Matos, 2006). Isto terá, provavelmente, consequências nos significados que as pessoas dão à violência doméstica. É, apesar de tudo, inegável que existe uma progressão ao nível de informação disponível acerca de como agir em situação de violência e ao nível de serviços de apoio a vítimas. Contudo, ainda que existam mais queixas e denúncias e que aparentemente se tenha generalizado o acesso à informação relevante acerca do que caracteriza uma relação abusiva, continuam a existir casos de violência doméstica. Algo continua a falhar. Apesar dos trabalhos desenvolvidos em áreas como a sociologia, o direito, a criminologia e o serviço social, no âmbito da psicologia parecem-nos ainda poucos os esforços para a compreensão deste fenómeno, e escassas as investigações que existem. O papel da psicologia, em particular, da psicologia da educação, é crucial na prevenção da violência doméstica e, a maior parte das vezes, de género. Este facto lança o tema para uma reflexão sobre a necessidade e relevância de reforçar a intervenção ao nível da mudança de mentalidades, de valores e de condutas em relação à igualdade de género. A chave está na prevenção (na raiz do problema) não na punição (dos infratores).

A violência doméstica é um fenómeno que abrange vários subgrupos de pessoas, coabitantes ou não, sejam estas adultas ou crianças, do género masculino ou feminino. No entanto, os números indicam que as mulheres continuam a ser o grupo mais afetado pela VD, pelo que deve ser considerada uma questão de violência de género. Desde muito cedo que a cultura patriarcal leva a uma aceitação do domínio masculino e da violência. Patriarcado, como conceito, é definido, de forma geral, como sendo um sistema sociopolítico que coloca os homens numa situação de poder, isto é, uma situação privilegiada em detrimento das mulheres, que se encontram num patamar inferior a vários níveis (Morgante e Nader, 2014; Aguiar, 2000; Arruzza, 2015). Aguiar (2015) acrescenta que de acordo com este sistema as mulheres estão sujeitas a uma diversidade de obrigações bem distintas daquelas tipicamente associadas aos homens, tais como manter relações amorosas mesmo contra a sua vontade, controlo da sua sexualidade e da sua vida reprodutiva.

A delimitação das mulheres no espaço doméstico, veio salientar essa conformidade. A violência contra as mulheres é sustentada em valores de uma cultura predominante que se sustenta na desigualdade de poderes, na misoginia e sexismo. Toda a depreciação das mulheres, assim como a convicção que se deve exercer poder sobre elas, estão relacionadas com as crenças da inferioridade das mulheres (Magalhães e Tavares, 2018).

De facto, a violência contra as mulheres é algo que se constrói culturalmente e, neste sentido, as próprias mulheres foram preparadas para viver neste ambiente machista e assimilar o preconceito, do qual são alvo, como natural. Esta conceção foi a principal razão que motivou a realização desta investigação. Muitas mulheres encontram-se a viver continuamente em contextos violentos, será que têm a percepção que o que está a acontecer se pode dever ao “simples” facto de serem mulheres?

Neste sentido, a pesquisa iniciou-se com a finalidade de tentar compreender de que forma é que mulheres vítimas de violência doméstica percebem a violência que vivenciaram.

A recolha de dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas que, posteriormente, foram transcritas integralmente e a partir delas retiraram-se os dados para a análise das narrativas produzidas. De forma a respeitar a linguagem utilizada pelas entrevistadas, todas as construções frásicas e expressões foram preservadas, tendo em conta que cada mulher tem as suas particularidades e forma de se expressar relativamente à problemática.

A presente investigação tem em consideração diversos pontos, nomeadamente: o enquadramento teórico, os objetivos, a metodologia, a apresentação e análise/discussão de dados, as limitações do estudo e conclusão. O enquadramento teórico pretende clarificar alguns conteúdos considerados relevantes para a compreensão do fenómeno em estudo, entre os quais o conceito de violência doméstica; o conceito de violência conjugal; o conceito de violência de género; o panorama jurídico da violência doméstica; os tipos de expressão violenta; os fatores de risco e características das vítimas; o impacto e consequências da violência doméstica na vítima; as teorias explicativas da violência; e as teorias de aconselhamento como suporte para a intervenção com vítimas de violência doméstica.

Os objetivos gerais que definimos, representam a evolução da investigação e a forma como estes se ajustam e conformam de acordo com a metodologia. Por sua vez, na metodologia são identificados o método utilizado, a recolha de dados e os participantes. Tendo em conta o fenómeno em estudo, optou-se por utilizar os pressupostos da grounded theory (Fernandes & Maia, 2001; Pinto & Santos, 2012; Strauss & Corbin, 1990) e grounded analysis, pois durante o percurso académico e o contexto de vida não tivéramos qualquer contacto direto com o tema agora em estudo. Contudo, para a construção de uma teoria, além da tentativa de compreensão dos dados a partir da grounded analysis, recorreremos também ao preconizado por Braun e Clarke

(2006) e buscamos encontrar os temas mais relevantes de acordo com uma estratégia baseada na análise temática proposta por estas autoras.

Na parte final do trabalho apresentamos as limitações do estudo, apresentam-se possíveis abordagens futuras e clarificam-se as conclusões da investigação numa reflexão final.

I - Enquadramento Conceptual

A. Contextualização Histórica da Violência Doméstica

Desde os primórdios que vivenciamos uma tendência para a descrição do ser feminino como um ser inferior. Lopes (2017), escreveu acerca dos estereótipos sobre a mulher nos séculos XVI a XIX. Neste texto, refere várias crenças relacionadas com a mulher desde a Antiguidade. Nesta época, as mulheres eram vistas como, naturalmente, malévolas e responsáveis pelo sofrimento humano, assim como era referido nas Patrísticas afirmações completamente misóginas que definiam a mulher como um ser desprezível ou, pelo menos e como já antes se afirmou, sobre quem é necessário exercer autoridade, conforme convicção claramente expressa por diversos nomes da filosofia, como seja Sto. Agostinho (Agostinho de Hipona), citado por Borges (2018) “a ordem justa só se dá quando o homem manda e a mulher obedece”. Nas Idades Média e Moderna as crenças seguiram o mesmo fio condutor: as mulheres eram consideradas entes inferiores tanto ao nível fisiológico, como intelectual, espiritual e moral, a lei não podia igualá-las aos homens.

A fase da emancipação feminina, no século XIX, leva a mudanças significativas, tornando-se possível para a mulher assumir-se como sujeito, indivíduo de corpo inteiro, atriz, política, futura cidadã. Contudo, apenas um pequeno grupo de mulheres, oriundas de famílias burguesas ou aristocráticas é que tiveram coragem (e capacidades financeiras) para enfrentar a reprovação social da altura (Vaquinhas, 2010). Segundo a autora, apesar de muito ter mudado neste século, também houve muita coisa a prevalecer. As mulheres teriam de viver para a felicidade dos seus, deviam ser confinadas ao lar e à dependência do homem, dado que a razão do seu viver era ser mãe. De forma geral, as mulheres eram esposas e mães e apenas isso.

Alguns Números da Violência Doméstica

Para auxiliar a compreensão do fenómeno da VD, a sua incidência e as suas particularidades, importa, primeiramente, ter em consideração alguns números relativos a este crime. Segundo Dias (2018), verificamos que na Europa, se estima que uma em quatro mulheres possa ser vítima de violência doméstica e os dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2011 (segundo Allen, referido pela autora anterior) indicavam que entre 15 e 71% da população feminina seria alvo de diferentes tipos de violência. Ainda na mesma obra, e de acordo com dados de 2015, a

nível internacional mais de 30% das mulheres seriam vítimas de violência por parte dos seus companheiros.

De acordo com os relatórios da APAV do ano 2000 (por ser o início do século que vivemos) e do ano de 2021 (por ser o ano transato) vemos que em 2000 o número total de vítimas de violência doméstica atendidos (na APAV) foi de 8429, sendo que 7991 (94,8%) foram mulheres e 354 (4,2%) foram homens. Por sua vez, no ano de 2021 o número total de vítimas de violência doméstica foi de, sensivelmente, 11 994 sendo que 7036 (63%) foram mulheres e, sensivelmente, 1452 (13%) foram homens, os restantes números correspondem a idosos e crianças.

Segundo a PORDATA (2020), o total de vítimas de violência doméstica contra cônjuge ou análogos é de 23 439, sendo que desses, 914 foram na Região de Coimbra. Estes últimos valores importam dado que se tratam de dados do local de residência das entrevistadas desta investigação. Sendo que, no primeiro trimestre de 2020, o número de vítimas mortais foi de 4 mulheres e apenas 1 homem. No que diz respeito ao ano passado, segundo o Diário de Notícias (2021), ocorreram 23 mortes por violência doméstica. Por último, de acordo com a TSF (2022), este ano, até junho, já morreram 13 mulheres vítimas de violência doméstica.

Mitos e Estereótipos

Ainda que já existam alguns avanços relativamente à condenação da violência contra a mulher, alguns estereótipos e preconceitos continuam enraizados na nossa sociedade, o que continua a dificultar a revelação de situações de violência doméstica e, conseqüentemente, a complexificar a intervenção neste âmbito (Matos, 2006; Manita et. al, 2009)

Estes estereótipos são tão mais perigosos quanto consigamos compreender a importância de reconhecer os quadros de referência de acordo com os quais lemos a realidade, conforme Goffman, nos idos de 1959, já explicava (Goffman, 1959; Nunes, 1993). Vejamos alguns exemplos de falsas crenças (Centro de Estudos Judiciários, 2016), ideias pré-concebidas, deduções preconceituosas, representações falsas, muitas vezes ilusórias e infundadas (Diniz & Angelim, 2003).

A expressão popular “Entre marido e mulher não se mete a colher”, provavelmente a mais ouvida, diz-nos, de uma forma muito simplista e redutora que, independentemente, do que acontecer numa relação (heteronormativa), as pessoas à sua volta não devem interferir porque só às pessoas em questão diz respeito. Ora vejamos, combater ativamente práticas de violência, denunciá-las, lutar por uma sociedade de igualdade e sem violência, educar as novas gerações e adultos para a não violência são deveres sociais de todos os cidadãos. Para além disto, como será referido posteriormente, a violência doméstica é um crime público, o que indica que qualquer pessoa pode denunciar uma situação de violência doméstica, independentemente de ser ou não o visado/a (Saraga, 1996, in Matos, 2006; Centro de Estudos Judiciários, 2016).

A ideia de que “A mulher só é agredida porque não faz nada para o evitar ou porque merece” está associada à crença de que “o homem tem o direito de bater na mulher”. Estes tipos de expressões levam a atribuir a responsabilidade pela violência doméstica à vítima (estando ligados à questão que muitos sujeitos colocam regularmente: porque é que ela não deixou o agressor/ saiu de casa?). Assim sendo, a primeira expressão sustenta que a mulher tem o poder de finalizar a situação/relação abusiva quando quiser. Contudo, isto nem sempre acontece desta forma, dado que é frequente serem usadas estratégias de manipulação e de controlo por parte do agressor para manter a vítima sobre o seu domínio. Por isto, e por causa das consequências psicológicas que advêm das dinâmicas abusivas (como é o caso, da dependência emocional, económica e social; medo paralisante por parte da vítima; crença que “o casamento é para toda a vida”; investimento no projeto conjugal como constituinte central da sua identidade e realização social, entre outros) a vítima acaba por só ter consciência da situação quando esta já se tornou recorrente e grave (Centro de Estudos Judiciários, 2016; Alberdi & Matas, 2002).

Existe uma tendência de banalizar a violência e adotar expressões como “bater é sinal de amor” ou “uma bofetada de vez em quando nunca fez mal a ninguém”. Usar a força física não é uma demonstração de amor, é uma forma de abuso e um ato ilegítimo. Para mais, a violência doméstica não é algo “de vez em quando”, é um padrão continuado de violência, ou seja, ocorrem vários episódios de violência com uma intenção de controlar e dominar a vítima (Centro de Estudos Judiciários, 2016).

Outra visão é que “a violência e o amor/afeto não coexistem nas (...) relações íntimas”. Quando existe violência doméstica nas relações, mesmo quando em casos mais graves, existem períodos em que não ocorrem agressões. Principalmente no início da relação, estas fases em que existe uma ausência de violência ou até demonstração de afetos positivos, oscilam ou coexistem com períodos em que é perpetrada violência. Por isto, é comum que as vítimas continuem a sentir sentimentos positivos pelos agressores, ainda que a violência doméstica já se tenha instalado (Centro de Estudos Judiciários, 2016)

Por sua vez, ouve-se que “a violência doméstica só ocorre nos estratos socioeconómicos mais desfavorecidos”. De facto consta em diversas estatísticas que a violência doméstica ocorre de forma mais frequente nos estratos socioeconómicos mais desfavorecidos, podendo estar isto relacionado com fatores culturais-educacionais que remetem para a legitimação da violência nestes grupos socioculturais ou associado ao eventual efeito de maior visibilidade que estas vítimas e agressores têm, uma vez que, por falta de possibilidade económicas e sociais, acabam por recorrer mais ao setor público para pedir auxílio. Importa reforçar que vítimas e agressores são provenientes de qualquer estrato socioeconómico, sendo a violência doméstica transversal a diferentes protótipos culturais, religiosos, económicos, profissionais, etc, (Diniz & Angelim, 2003; Centro de Estudos Judiciários, 2016). Segundo Brauner e Carlos (2004), o que poderá variar

são as razões usadas para justificar os atos violentos, considerando as particularidades do contexto onde a violência ocorre.

“A violência doméstica só ocorre sobre o efeito de álcool ou outras drogas” remete para outro mito. De facto, o abuso de álcool ou de outras drogas pode surgir associado a situações de violência doméstica, porém, é incorreto tornar esta circunstância como causa dessa violência. Ou seja, o uso de álcool ou consumo de outras drogas, por vezes, acaba por ser um desencadeador ou facilitador da ocorrência de violência doméstica, mas esta não ocorre só porque/quando o agressor está sob o efeito deste(s) (Centro de Estudos Judiciários, 2016; Manita, et al, 2005).

“A violência doméstica resulta de problemas de saúde mental” indica-nos uma ideia generalizada na sociedade. Contudo, estudos internacionais indicam que apenas “5% a 10% dos perpetradores de violência doméstica terão algum tipo de psicopatologia/perturbação mental associada”. Compreende-se que é difícil consentir que episódios de violência sejam perpetuados por pessoas saudáveis e “iguais a nós”.

Por fim, a imagem de que “a violência doméstica é um fenómeno raro/inusitado” é também frequentemente apontada. Contudo, todas as estatísticas nacionais e internacionais contradizem esta afirmação. Em Portugal, entre 2013 e 2017, a APAV registou um total de 36.528 processos de apoio a pessoas vítimas de violência doméstica (APAV, 2018). De facto, é mais tolerável acreditar que a violência doméstica é algo pouco frequente do que reconhecer que este fenómeno pode estar perto de nós.

Estes mitos atribuem explicações reducionistas e incorretas para a violência doméstica e levam as pessoas a acreditar que este fenómeno só acontece a outras pessoas. Para além disto, muitas das vítimas de violência doméstica acabam por ser também vítimas destas crenças o que origina um sentimento de desconfiança sobre si mesma(o), de incredulidade, de auto culpabilização “a culpa foi minha...”, que poderá desencadear a imobilizadora impressão de inferioridade e incapacidade em reagir à violência ou de pedir ajuda quando ocorrem episódios de violência nas suas relações.

B. Terminologia da Violência Doméstica

Definir Violência Doméstica

A prevalência da violência doméstica na sociedade indica uma necessidade do estudo do fenómeno por parte de várias disciplinas científicas. Inicialmente e durante séculos, este assunto foi visto como uma matéria privada, que apenas dizia respeito às pessoas em questão. Posteriormente, nos anos 70 do século XX, começou a ser reconhecida como um problema social (Dias, 2018). Neste sentido, verificaram-se progressos e franca evolução conceptual, ao nível da terminologia da violência doméstica, da sua definição, das suas políticas e estratégias de intervenção (Albano & Silva, 2016).

No que diz respeito ao termo “violência doméstica”, a literatura científica apresenta-nos uma grande variedade de designações e definições referentes ao conceito. No entanto, e apesar de diferirem conceptualmente na sua abrangência, quando comparadas, apresentam pontos de relação. De forma geral, a violência doméstica diz respeito à prática, por ação ou omissão, de um ou mais crimes, entre pessoas que, coabitando ou não, tenham entre si uma relação de parentesco ou de intimidade (tanto heteroafetiva como homoafetiva) como (ex)cônjuge, (ex)companheiro/a, (ex)namorado/a, progenitor de descendente comum, ou esteja, ou estivesse estado, em situação semelhante, ou que seja ascendente ou descendente, por consanguinidade, adoção ou afinidade, podendo manifestar-se através de violência física, sexual, psicológica e/ou económica (APAV, 2010).

Todavia, o presente estudo concentra-se, particularmente, na questão da violência em relacionamentos amorosos heteroafetivos. Isto porque, como já foi referido anteriormente, apesar da violência poder existir em todo o tipo de relações conjugais, ou de relação de intimidade, o objetivo deste estudo visa alcançar uma leitura do que possa ajudar a compreender de que forma é que, mulheres vítimas, percebem a violência experienciada. Neste sentido, o conceito de violência doméstica é restringido à violência perpetrada contra a mulher, pelo seu atual ou anterior namorado/companheiro/cônjuge.

Feita esta ressalva quanto ao objetivo central deste trabalho, importa retomar a clarificação das questões em torno da VD; a Violência conjugal (VC) entende-se como uma forma de violência exercida por um dos companheiros ou ex-companheiro sobre o outro. Esta violência ocorre no contexto de relações íntimas, nas quais o agressor, para além de uma particular proximidade afetiva, dispõe de um variado conjunto de conhecimentos e estratégias que usa para controlar a vítima. Isto porque, as relações de conjugalidade, para além de íntimas, são profundamente complexas: as interações entre companheiros estão envolvidas por uma forte componente emocional e sexual, pela partilha de projetos, papéis e responsabilidades relativas à vida quotidiana e, por vezes, à vida dos filhos, como a gestão de bens, a alimentação, a educação, as atividades sociais, profissionais, entre outros (Manita et. al, 2009). Portanto, é mais fácil para o agressor criar uma rede de dependências e controlo que funcionam como armadilhas, tornando mais difícil para a vítima abandonar a relação violenta, isto é designado como Ciclo da Violência, o qual teremos oportunidade de explorar mais adiante.

Similar ao conceito apresentado anteriormente devemos considerar o complexo “violência entre parceiros íntimos (VPI)” que diz respeito também a um prejuízo físico, sexual ou psicológico, incluindo agressão física, coerção sexual, abuso psicológico e comportamentos controladores (Mendonça & Ludermir, 2017).

Para além dos já referidos, são identificados outros conceitos associados a esta problemática, nomeadamente, a violência de género (VG) e a violência contra mulheres (VSM) ou Violência Sobre Mulheres.

Albano e Silva (2016) considera a violência de Género como a violência que é direcionada a uma pessoa a propósito (ou “por causa”) do seu género, à sua identidade ou expressão de género, ou, ainda, que interfira de forma desproporcionada sobre pessoas de um género em particular. Para que se compreenda o conceito Violência de Género é fundamental considerar a natureza social das características atribuídas aos homens e mulheres. Assim, reconhece-se que a maioria das particularidades atribuídas ao feminino e masculino são construções culturais, são concedidas pela sociedade e não provenientes da natureza (Alberdi & Matas, 2002).

Embora a Violência de Género seja perpetrada contra ambos os sexos, em virtude do papel desigual, a mulher tem tido, ao longo dos tempos, a mais lesada neste tipo de violência. Segundo os autores Casique & Furegato (2006), a violência de género é aquela que é concretizada pelos homens contra as mulheres, em que o género do agressor e da vítima estão estritamente relacionados com o motivo desta violência. Deste modo, este tipo de violência resulta das relações de dominação masculina e subordinação feminina, em que o parceiro homem “pretende evitar que a mulher lhe escape pois não deseja separar-se da mulher, mantendo-a sujeita a uma submissão sem escapatória” (op. cit., p.3).

A Violência Sobre/Contra as Mulheres (VSM) diz respeito a ações violentas sobre pessoas do sexo feminino que afetam ou possam vir a afetar a mulher a nível físico, psicológico ou sexual; também se inclui a “simples” ameaça dos atos já mencionados, a coação e/ou privação arbitrária de liberdade, seja em local público ou privado (Organização das Nações Unidas, 2000). Por sua vez, partindo do texto do Conselho da Europa (1999) que define Violência Contra as Mulheres como “qualquer ato, omissão ou conduta que serve para infligir danos físicos, sexuais e/ou psicológicos, direta ou indiretamente, por meio de enganos, ameaças, coações ou qualquer outra estratégia. Tem como objetivo intimidá-la, puni-la, humilhá-la ou mantê-la nos papéis estereotipados ligados ao seu género sexual ou recusar-lhe a dignidade humana, a autonomia sexual, a integridade física, mental e moral ou abalar a sua segurança pessoal, autoestima ou a sua personalidade ou diminuir as suas capacidades físicas e/ou intelectuais” em Portugal esta redação é absolutamente aceite e consta de publicações das mais altas instâncias do país (Presidência do Conselho de Ministros, 2001, p. 1). Neste sentido, também diferentes obras procuram esclarecer a complexidade da VSM que assume diversas formas, nomeadamente, violência física, emocional/psicológica, social, económica e sexual; violação e o tráfico de mulheres e raparigas, a prostituição forçada; a violência em situações de conflito armado, os homicídios por motivos de honra, o infanticídio feminino, a mutilação feminina e outras práticas e tradições prejudiciais para as mulheres (Albano & Silva, 2016).

É importante referir a importância de realizar uma distinção entre os vários conceitos descritos, dado que são conceitos comumente correlacionados, sendo a violência doméstica apenas uma das formas que os diversos elementos podem vir a assumir.

Panorama Jurídico

Na legislação portuguesa, no Código Penal Português atual, o crime de violência doméstica está introduzido no artigo 152º, permitindo a explicitação dos tipos de violência abrangidos, assim como das tipologias relacionais que aqui podem ser incluídas:

- 1) “Quem, de modo reiterado ou não, infligir maus-tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade, ofensas sexuais ou impedir o acesso ou fruição aos recursos económicos e patrimoniais próprios ou comuns.”

Deste modo, a violência será infligida:

- a) “Ao cônjuge ou ex-cônjuge;
- b) A pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro ou uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação;
- c) A progenitor de descendente comum em 1.º grau; ou
- d) A pessoa particularmente indefesa, nomeadamente em razão da idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite;
- e) A menor que seja seu descendente ou de uma das pessoas referidas nas alíneas a), b) e c), ainda que com ele não coabite.”

Mais do que constituir um crime, a violência doméstica é considerada de natureza pública, desde o ano 2000. Isto significa que a partir do momento que o Ministério Público tenha conhecimento da ocorrência do crime tem imperativamente de acionar o início da fase de inquérito¹ bem como demandar a investigação dos factos, até que seja decretado despacho de encerramento, ainda que a vítima venha a declarar que não deseja que o processo criminal prossiga (Portugal, 2000; Saffioti, 2001; Manita et al., 2009).

De acordo com o Código de Processo Penal, a Lei nº 112/2009, de 16 de setembro, o estatuto da vítima é atribuído logo que é realizada a denuncia do crime de violência doméstica, sob a condição da não existência de indícios de que a denuncia seja infundada, beneficiando o/a ofendido/a do estatuto que lhe é concedido, geralmente, pelo Ministério Público ou por um Órgão de Polícia Criminal.

¹ Primeira fase do processo penal, onde se faz a investigação e recolha de provas sobre a existência de um crime e as pessoas que o praticaram; a direção do inquérito pertence ao Ministério Público auxiliado pelas polícias (APAV, 2012).

Tipos de Expressão Violenta

De acordo com Silva e Coelho (2007) e Manita et. al (2016), de seguida, apresenta-se uma resenha dos tipos de expressão violenta que podem estar presentes nas relações abusivas.

A violência doméstica/conjugal é exercida de múltiplas formas e tende a aumentar a nível de frequência, de intensidade e, portanto, de gravidade das ações perpetradas (e risco para a vítima). A tipologia geralmente utilizada distingue os tipos de violência, apresentados pela ordem mais frequente do seu surgimento ao longo da evolução dos comportamentos violentos na conjugalidade. A ocorrência de violência doméstica envolve, normalmente, mais do que uma forma de violência, nomeadamente, violência emocional e psicológica, intimidação, violência física, isolamento social, violência económica e violência sexual.

Segundos os autores, a violência emocional e psicológica corresponde a uma categoria primordial presente na violência conjugal, que é composta por outra subcategoria intrinsecamente a si associada – intimidação.

Assim, a violência emocional e psicológica traduz-se em desprezar, menosprezar, criticar, insultar ou humilhar a vítima por meio de palavras e/o comportamentos, seja em privado ou em público; criticar de forma negativa todas as suas ações, características de personalidade ou aspetos físicos; gritar para amedrontar a vítima; destruir objetos com valor simbólico para ela; persegui-la no trabalho, na rua, nos seus espaços de lazer; acusá-la, sem motivo, de ter amantes e/ou ser infiel; ameaçar que vai maltratar ou maltratar realmente os filhos, outros familiares ou outras pessoas relevantes para a vítima; não a deixar descansar/dormir, por exemplo, despejando-lhe água gelada ou a ferver, passando um isqueiro aceso à frente das pálpebras quando ela adormecer, entre outros. As últimas duas atitudes já se inserem no campo da ameaça e da intimidação, duas outras formas de violência frequentes que têm como finalidade impedir a vítima de reagir aos abusos do companheiro(a). A intimidação diz respeito a uma estratégia para manter a vítima com medo daquilo que o ofensor possa fazer contra si e/ou contra os seus familiares (principalmente filhos) ou amigos, animais de estimação ou bens. O agressor pode recorrer a palavras, olhares, expressões faciais, agitação motora, assim como mostrar ou manipular objetos intimidatórios, por exemplo, limpar a espingarda, dormir com armas perto de si, entre outros. Também pode utilizar os filhos da vítima para a imposição de poder sobre esta, por exemplo, levar os filhos a humilhar a vítima, ameaçar que, em caso de separação, irá fazer com que os filhos se afastem da vítima; e ameaçar que se suicida caso a vítima o abandone. Um outro conceito inserido ainda na violência psicológica é a perseguição (*stalking*) que diz respeito a um conjunto de gestos e comportamentos que são “a pattern of repeated, unwanted, attention and contact that causes fear or concern for one’s own safety or the safety of someone else (e.g., family member, close friend)” (Breiding et al., 2015, p. 14).

Por intermédio destas estratégias, o agressor consegue manter a vítima sob controlo, visto que, num momento de tensão e violência iminente, esta acaba por se encontrar imersa pela ansiedade e medo.

Importa referir que a violência emocional e psicológica não é uma “forma menor” ou “mais leve” de violência. Qualquer forma de violência é extremamente grave. A violência emocional e psicológica é tão grave quanto a violência física (DeKeseredy & Schwartz, 2001; Gelles, 1997; in Matos, 2006).

Já a *violência física* corresponde, de forma geral, ao uso de força física com o propósito de ferir/causar dano físico/orgânico, deixando ou não marcas evidentes. Compreende atos como empurrar, puxar o cabelo, dar estaladas, murros, pontapés, apertar os braços com força, apertar o pescoço; bater com a cabeça da vítima na parede, armários ou outras superfícies; empurrar pelas escadas abaixo, queimar, atropelar ou tentar atropelar, entre outros comportamentos que podem ir desde formas menos severas de violência física até formas extremamente severas, das quais resultam lesões graves, incapacidade permanente ou mesmo na morte da vítima.

Por sua vez, o *isolamento social* resulta da execução de estratégias pelo agressor para afastar a vítima da sua rede social e familiar. Estas estratégias dizem respeito, resumidamente, em proibir a vítima de se ausentar da habitação sozinha ou sem a autorização do agressor; proibi-la de exercer uma prática profissional; e afastá-la de família e amigos. Isto acontece, seja por meio da manipulação, reiterando, por exemplo, “estamos tão bem os dois, não precisas de mais ninguém” ou “os teus pais/amigos não gostam de mim”; seja por meio da ameaça à própria ou a pessoas significativas. Por outro lado, a vítima pode acabar por se afastar da sua rede familiar e social, quer por sentir vergonha da situação em que se encontra ou pela existência de marcas físicas consequentes da violência de que é alvo, quer pelas sequelas das perturbações emocionais e psicossociais resultantes das situações de violência doméstica/conjugal continuada.

Os mesmos autores, explicam que, por seu turno, a *violência económica*, relacionada com o isolamento social, refere-se a uma forma de controlo, na qual o agressor impede a vítima de ter acesso a dinheiro ou bens de necessidade básica. Ainda que a vítima tenha um emprego, é comum que o agressor não lhe permita a gestão autónoma do vencimento, sendo cativado e usufruído por este. O ofensor pode também utilizar estratégias de controlo ao nível da alimentação ou higiene pessoal, da vítima ou dos filhos, como trancar o frigorífico, despensa ou armários, controlar o tempo que aquecedores e esquentadores estão a ser utilizados, bloquear telefones, impedir a vítima de se deslocar a supermercados e/ou cafés.

Por último, a *violência sexual* refere-se a todo o tipo de imposição de práticas de cariz sexual contra a vontade da vítima, recorrendo a ameaças e coação ou até à força física para a obrigar. Esta é visível em comportamentos como violação, exposição a práticas sexuais com terceiros, forçar a vítima a manter contacto sexuais com demais, prostituição forçada ou a sua exposição,

amordaçar, atar contra a vontade e queimar órgãos sexuais da vítima. A violação e a coação sexual são alguns dos crimes mais comuns no campo da violência doméstica, no entanto, devido a crenças errôneas, mitos e estereótipos, as vítimas acabam por não o reconhecer como tal.

Por fim, é importante salientar que as relações são sempre abusivas quando existe alguma forma de violência. Numa relação saudável há equilíbrio, os elementos dessa relação são tratados de forma igual, com os mesmos direitos.

Fatores de Risco e Características das Vítimas e Agressores

Ainda que qualquer pessoa possa ser vítima de abuso, sendo esta transversal a ambos os géneros, todas as idades, todos os grupos económicos e socioculturais, como consta na Lei nº 112/2009 de 16 de setembro, já mencionada anteriormente, existem pessoas que, pelo facto de pertencerem a grupos específicos, são mais propensas/suscetíveis a ser vítimas de violência. As crianças, as mulheres, os idosos e as pessoas com handicap são os grupos de pessoas mais facilmente vitimizáveis, mais concretamente no contexto intrafamiliar e doméstico. No entanto, nem todas as pessoas mais vulneráveis ao abuso sofrem o mesmo tipo de violência, por exemplo, existem pessoas mais suscetíveis a sofrer violência psicológica e outras, violência física, dependendo das suas características pessoais e do grupo a que pertencem (Magalhães, 2010).

Segundo a autora referida anteriormente, os fatores de risco dizem respeito a condições que amplificam a possibilidade da ocorrência e persistência da violência. Estes podem ser características específicas da vítima, características do contexto familiar e/ou características de carácter sociocultural.

Existe uma diversidade de fatores associados aos agressores. A dependência de substâncias (por exemplo, álcool, drogas) é referida na literatura como sendo um dos fatores de risco para indivíduos se tornarem agressores (Ellison et al., 1999; Alberti & Matas, 2002; Resko, 2007). Por sua vez, os comportamentos desviantes, têm sido também referidos como fatores de risco (Alberdi & Matas, 2002; Magalhães, 2010). A doença psiquiátrica é também considerada um fator de risco (Elisson et al, 1999; Reskko, 2007), assim como ter uma doença física (Magalhães, 2010).

Os abusos na infância, dos quais os agressores foram alvo, estão identificados como um importante fator de risco para a violência doméstica (Pournaghash-Tehrani, 2009; Magalhães, 2010).

A última autora acrescenta, ainda, a existência de uma personalidade imatura e impulsiva, baixo auto-controlo e baixa tolerância às frustrações; ser oriundo de situações de carência sociocultural e/ou económica, encontrando-se economicamente dependente da vítima.; ter uma vida profissional e ou social muito sobrecarregada ou estar desempregado; ser incapaz de proporcionar segurança e de compreender as efetivas necessidades da vítima e eventual situação clínica, dado

que não reconhece que existe uma situação de violência; e ser incompetente ao nível da prestação de cuidados como outros fatores de risco associados a “ser agressor”.

Em relação à vítima, também são vários os fatores de risco descritos por Magalhães (2010). A vulnerabilidade em termos de idade e/ou ao nível das necessidades, assim como ter doença física e/ou mental consta como um fator de risco. Outro fator de risco é a existência de uma personalidade e temperamento desregulados perante o e estar dependente física, emocionalmente e financeiramente em relação a este. A dependência do consumo de substâncias, ter baixo nível de escolaridade, ter condições habitacionais precárias, ter sido vítima de violência ou na infância ter observado abuso por parte dos seus progenitores e estar isolada socialmente constituem outros fatores de risco que aumentam a probabilidade de ocorrência de vitimação.

Ellion et. al, (1999) defende que a religiosidade como um fator de risco, tanto para a vítima como para o agressor, porém apenas no caso de as relações serem dispares dentro da relação.

Por sua vez, existem também características do contexto familiar que agilizam a violência. Assim, consideram-se fatores de risco caso se esteja presente de uma família monoparental, reconstruída, com filhos de outras relações, com muitos filhos, desestruturada, isto é, com relações desequilibradas (por exemplo, presença de violência nas relações de intimidade, relações amorosas inconsistentes, mudança frequente de companheiro/a); com crises significativas (por exemplo, morte, separação) e com mudança constante de residência ou emigração. Um fator de risco neste âmbito também se relaciona com a existência de problemas socioeconómicos, financeiros, ou habitacionais na família. Por último, quando a família tem um cuidador externo, ou seja, em que o cuidador é assalariado, também consiste um fator de risco a nível familiar. (Pournaghash-Tehrani & Feizabadi, 2009; Magalhães, 2010).

Para além do referido, a última autora alerta para a importância de considerar os fatores de risco associados às características do meio sociocultural em que estas pessoas se inserem, às políticas da saúde, de segurança social e de luta contra a pobreza, de educação e justiça.

Impacto e consequências da violência doméstica na vítima

A vivência de episódios de violência continuada resultam numa diversidade de consequências e prejuízos a vários níveis que, em casos mais graves, poderão levar à incapacitação, temporária ou permanente, da vítima, ou até mesmo à sua morte. Podem ser divididas em três domínios: afetivo, comportamental e cognitivo (Albano & Silva, 2016).

O impacto da vitimação depende de vários fatores, nomeadamente, da frequência em que ocorrem os eventos violentos, da severidade da violência, do tipo de violência, das condições e contextos em que ocorre a violência, da presença de um historial anterior de vitimação, da gravidade dos danos, da rede de suporte e dos recursos pessoais, familiares, sociocomunitários e institucionais disponíveis. Desta forma, segundo Magalhães (2010) não é possível associar consequências a

determinado tipo de abuso, dado que estas vão depender também de outros fatores como as características da vítima e do agressor.

Podem manifestar-se a curto ou a médio prazo. No que se refere especificamente a vítimas mulheres nas relações de intimidade, a curto-prazo surgem as lesões corporais. Já a médio-prazo podem surgir alterações várias psicossomáticas e até ideação suicida. Casique e Furegato (2006) referem ainda alterações ao nível da memória, concentração e atenção, mas também distúrbios de ansiedade, hipervigilância, crises de pânico e depressão.

A Síndrome das Mulheres Agredidas (Walker 2009) refere-se a prejuízos ao nível psicológico e comportamental. Em casos mais severos, a vítima pode apresentar um quadro de Perturbação de Stress Pós-Traumático (APA, 2014).

C. Teorias Explicativas para a Compreensão do Fenómeno

Perspetiva Feminista

As perspetivas feministas assumiram um papel muito importante na compreensão da violência doméstica (Hamby, 2000; Neves & Nogueira, 2003, hooks, 2020). De acordo com as autoras anteriormente referidas, os movimentos feministas ao trazerem a público as desigualdades de género, tornam manifesto o somatório de violência de que as mulheres eram (são) o alvo, principalmente no âmbito dos espaços e contextos de proximidade, como o caso da família e relações de intimidade. O que, não só permitiu uma transformação relevante na análise das dinâmicas sociais construídas e desenvolvidas no contexto familiar, como também, e principalmente, determinou uma alteração no método de intervenção (legal, jurídico, social e psicológico) junto de vítimas de crimes por parte de familiares. Foi, então, nesta fase, que se reconheceu o conceito de género, nas suas interligações com conceitos como raça, etnia e classe. O conceito de género prevaleceu na visão feminista, contribuindo para o processo de desmistificação da opressão das mulheres (Saffioti, 2001; Butler, 2017; Butler, 2020).

As perspetivas feministas defendem que a violência doméstica, mais particularmente, a violência contra a mulher, tem origem no domínio masculino e nos valores patriarcais na sociedade, levando a comportamentos de poder e controlo por parte do homem em relação à sua parceira (Hamby, 2000; Neves & Nogueira, 2003; Bottos, 2007). Culturalmente, a mulher deveria estar presente apenas em casa, encarregue das responsabilidades do lar e a prestar apoio à família. Esta ideia social, política e cultural é característica desse modelo patriarcal (Rogers, 1993; O'Hara, 2016; Butler, 2017; hooks, 2020). Neste sentido, segundo Gebara (2000) desenvolveu-se uma "cultura de obediência", onde estão presentes as diferentes formas de autoritarismo e de submissão. A obediência constrói-se através de uma relação de poder. Ainda é referido por esta autora que a "diferença biológica culturalizada" deu origem a uma diferença social e política, assim como formas de dominação e de manutenção de uma hierarquia social e sexual masculina que considera a mulher como um ser inferior na sociedade. Desta forma, é a estrutura social que determina os

papéis dos homens e das mulheres, através de normas e valores culturais que são aprendidos desde a infância (Wagner, 2005; Lopes, 2017; Vaquinhas, 2002).

Através da sua movimentação para dar a conhecer situações de discriminação, de desigualdade e de violação dos Direitos Humanos, os movimentos feministas sempre tomaram uma posição relativamente à violência na intimidade, orientando-se no princípio de que os comportamentos perpetrados pelos homens contra a companheira são, mais que uma questão pessoal, uma questão política (Wood & Roche, 2001 in Neves & Nogueira, 2003). Por sua vez, Matos (2002) defende que a corrente feminista atribui fortes críticas à família tradicional que já não é estritamente patriarcal, mas que continua a ser transmissora de desigualdades sexuais que dão azo a estereótipos de género, uma socialização diferencial entre homens e mulher, assim como a distribuição de poder dentro da família. Segundo a análise feminista, a violência contra as mulheres não é explicada por emoções (raiva) mas sim por um comportamento que é socialmente transmitido e tem por base o domínio masculino.

Posteriormente, o Modelo Feminista Ecológico (FEM) enfatiza a violência contra a mulher, tendo em consideração fatores sociais, históricos, institucionais e individuais. O modelo é constituído por quatro níveis: o primeiro situa o indivíduo no ambiente, o segundo refere-se ao microsistema e está relacionado com o ambiente familiar e o papel que este desempenha na formação de pensamentos e crenças no indivíduo. O terceiro nível, o exossistema, é constituído pela comunidade mais ampla, fora do agregado familiar. Por fim, o nível quarto refere-se ao macrosistema, que diz respeito à sociedade em geral. Estes níveis interagem uns com os outros de forma recíproca, moldando, desta forma, a vida dos indivíduos (Bronfenbrenner, 2005; in Bottos, 2007) ou, como afirma Buttler (2020) “se alguém se torna um indivíduo ao longo do tempo, ele ou ela não escapa às condições fundamentais de dependência no decurso desse processo.” (p.43). Desta forma, o uso da violência, segundo este modelo, parece ser influenciado pela exposição da violência na família de origem, na comunidade em que a pessoa se insere, e nas representações culturais da violência (Jonson-Reid, 1998, cit. Bottos, 2007). Esta última ideia vai ao encontro da teoria intergeracional da violência, descrita no próximo ponto.

Teoria Intergeracional da Violência

Esta visão defende que a presença de experiências violentas na infância pode levar a uma maior probabilidade de existência de violência na idade adulta, estando associada à Teoria de Aprendizagem Social, de Albert Bandura pois grande parte daquilo que aprendemos resulta da observação dos comportamentos dos outros. Esta teoria aplicada à problemática da violência permite-nos compreender que existe uma predisposição para exercer violência quando os sujeitos se desenvolvem num contexto social violento. A família, considerada como um local de socialização primário, é um contexto fundamental para esta aprendizagem ainda que a

manifestação destes comportamentos não venha a ser exatamente igual à ação observada (Bandura, 1986; in Oliveira & Sani, 2009).

Segundo Kalmuss (1984; in Murrell, Christoff, & Henning, 2007) a transmissão da violência familiar envolve dois tipos de mecanismos de aprendizagem social: a modelagem generalizada (aceitação de qualquer comportamento violento como “natural”, o que pode aumentar todas as formas de agressão das gerações seguintes) e a modelagem específica (quando se dá a reprodução dos tipos de comportamentos violentos aos quais foram expostos).

Na mesma obra lemos que a observação de eventos violentos é considerada um dos maiores fatores de risco no que diz respeito à violência conjugal. Tanto os comportamentos do agressor como os comportamentos da vítima resultam das aprendizagens efetuadas no seio da família de origem ou de outro contexto a que estes tenham pertencido (Owens & Straus, 1975; Banyard, Arnold & Smith, 2000; in Oliveira & Sani, 2009). Neste seguimento, alguns estudos indicam que mulheres que sofreram violência quando eram crianças, aceitarão mais facilmente uma futura vitimação por parte do companheiro, dado que assumem que o amor está associado à violência (Straus & Kantor, 1994; in Matos, 2002).

Ainda que possamos, por contraponto, pensar que um passado sem violência evita essa ocorrência futura, não temos como assegurar que assim seja e apesar do apresentado sobre a Teoria Intergeracional da Violência e, mesmo a partir da Teoria da Aprendizagem Social, existem alguns autores que defendem que estas não são suficientes para explicar a violência conjugal. Segundo Oliveira e Sani (2009) algumas pesquisas indicam que a maior parte das pessoas que testemunham violência na família de origem, no futuro, não perpetua comportamentos violentos. Assim, ainda que a relação entre a violência na família de origem e posterior abuso na relação conjugal seja possível, não é forte o suficiente para compreender a transmissão intergeracional da violência. São estas evidências que nos despertam para a complexidade deste fenómeno, no sentido de compreendermos que esta teoria, por si só, pode não ser suficiente para explicar plenamente este fenómeno.

Teorias Intra-individuais

A compreensão da violência na conjugalidade foi, desde cedo, explicada por razões individuais, sendo direcionada, principalmente, para características biológicas e psicológicas do sujeito. Segundo esta teoria explicativa, as características individuais estavam na origem das disfunções das/nas relações (Oliveira & Sani, 2009). Esta perspetiva procura compreender as ações do agressor, ao destacar a sua análise naquilo que levará um homem a agredir a parceira, em simultâneo, procura encontrar características psicológicas associadas às mulheres vítimas de violência conjugal (Matos, 2002). Apesar da existência de várias perspetivas teóricas nesta teoria,

daremos particular relevo a duas delas: personalidade/perturbação do agressor e dependências do maltratante.

Algumas das razões indicadas para o comportamento violento do agressor associam-se a perturbações psicológicas, nomeadamente, stress, baixa autoestima, dificuldades ao nível da empatia, da comunicação, no autocontrolo e fracas competências relacionais (Pagelow, 1984; in Matos, 2002). Dutton (1995) caracteriza a personalidade dos agressores através de três tipos: psicótica, hiper-controladora e cíclica. As suas primeiras categorias definem-se pelo controlo e planeamento da agressão, violentando a vítima em locais privados. Por sua vez, a terceira categoria caracteriza-se pelo despoletar súbito e descontrolado da violência, pelo facto dos ciclos não serem previsíveis, nestes casos, a agressão pode ocorrer em locais públicos.

Num estudo de Doerner & Lab (1995; in Matos, 2002) verificou-se que mais de 50% dos agressores, abusam do consumo de álcool, sendo que os comportamentos violentos, ocorriam, a maior parte das vezes, sob o efeito desta substância. Contudo, geralmente, os agressores agridem as parceiras mesmo em estado sóbrio, o que significa que não é correto tomar uma relação álcool-violência conjugal, de modo linear. Posto isto, a análise desta temática deve ser efetuada de forma cuidadosa, para não aceitarmos teorias enviesadas acerca desta mesma relação daí considerarmos deixar esta nota dado que já compreendemos que este fenómeno é mais complexo do que realmente parece.

No nosso trabalho, pretendemos fazer o equivalente, mas em espelho: o que leva a que uma mulher permaneça numa relação abusiva, como elabora cognitivamente e afetivamente esta situação, como lida com o agressor e consigo mesma.

Ciclo da violência

A Teoria do Ciclo da Violência (Walker, 1979; in Walker, 2009) defende que a violência entre parceiros íntimos (VPI) é retratada como um ciclo de violência recorrente onde são distinguidas três fases: 1) aumento de tensão e da sensação de perigo crescente; 2) episódio de violência grave; e 3) apaziguamento/arrependimento, mais frequentemente designada por “fase da lua de mel”.

Durante a primeira fase, constata-se uma escalada de tensão manifestada por comportamentos discretos (injúrias, por exemplo) que dão origem a um aumento de divergências. Neste momento, a vítima pode tentar apaziguar o comportamento do agressor, caso seja bem-sucedida pode criar a falsa crença de que é capaz de o controlar. Em contrapartida, as tentativas de acalmar o agressor podem não resultar, o que cria a sensação de perigo iminente/desamparo (Walker, 2009). É bastante habitual que a vítima se culpabilize por esta escalada de tensão e que, por sua vez, o agressor arranje sempre um pretexto/razão/desculpa para produzir tais comportamentos, o que reforça que a responsabilidade é da vítima ou de fatores externos (por exemplo, afirmar que “ela é que provocou tudo”, ou que “tive um dia mau no trabalho”). Mais uma vez, o consumo de álcool

ou de estupefacientes poderá ser facilitador ou desencadeador desta escalada (Albano & Silva 2016).

Considerando a mesma obra de referência, vemos que na segunda fase, a escalada de tensão aumenta, a vítima torna-se mais receosa do perigo iminente e deixa de conseguir controlar o padrão de agressividade do companheiro maltratante. Esta fase é caracterizada por uma descarga incontrolável da tensão gerada durante a primeira fase. O agressor torna-se mais violento, tanto a nível verbal como físico, podendo deixar a vítima gravemente maltratada e abalada (Walker, 2009). Ao longo do tempo, é comum que mesmo as vítimas comecem a antever o ponto do ciclo em que surge o ataque violento.

Na terceira e última fase, o agressor pede frequentemente desculpa, tentar ajudar a vítima, mostrar bondade e remorso e pode até oferecer presentes e/ou fazer promessas de mudança ou outras (Walker, 2009). Estes comportamentos acabam por levar a vítima a voltar a ter esperança de que o companheiro não vai ser novamente violento. Nesta fase, existe um reforço positivo para a vítima se manter no relacionamento e acreditar que existe amor e uma possibilidade de recomeço positivo.

Porém, existem casos em que a tensão não desaparece nesta fase, havendo situações em que sensação de tensão/perigo nunca deixa de existir, o que é um sinal de que o risco de vir a acontecer uma situação de violência grave é muito elevado (Walker, 2009). “Lua de mel” é, assim, um termo utilizado para designar esta fase, devido a todas as particularidades descritas anteriormente. É também nesta fase que, mesmo que exista denúncia e/ou queixa, as vítimas podem apresentar-se pouco colaborativas no processo, devido à mudança de postura do companheiro. Contudo, à medida que o ciclo evolui, o intervalo entre a fase de tensão e a fase do ataque violento torna-se cada vez mais curto e a fase da “lua de mel” chega a desaparecer. Muitas vezes, é neste momento que as vítimas começam a considerar terminar a relação e/ou pedir ajuda. Importa sublinhar que este ciclo, reforça a intermitência dos episódios de violência, pode-se concluir, por isso, que o Ciclo da Violência é uma das principais teorias explicativas da manutenção das relações abusivas.

Roda do Poder e do Controlo

Para uma maior compreensão das relações de poder e das estratégias de manutenção, associadas à violência doméstica, é relevante conhecer um modelo que desenvolve métodos de intervenção para o combate dessa violência, designado por “Roda do Poder e Controlo”. Enquadra-se no modelo Duluth criado por Ellen Pence (Pence & Paymar, 1993), que configura as estratégias de poder e controlo, relacionadas com a violência doméstica, utilizadas pelo agressor sobre a vítima. O modelo rege-se por um conjunto de princípios, nomeadamente, retirar a culpa da vítima e colocar a responsabilidade nas atitudes do agressor; compartilhar políticas e procedimentos para responsabilizar os companheiros maltratantes e manter as vítimas protegidas por todas as

entidades dos sistemas de justiça, criminais e civis, desde redes de emergência telefônica até aos tribunais; dar voz às mulheres que experienciaram violência; defender a ideia que a violência doméstica diz respeito a um padrão de comportamentos com a finalidade de exercer controle e dominar o parceiro romântico; oferecer programas educativos dirigidos a agressores, com o objetivo de compreenderem e modificarem os seus comportamentos desadequados; e assegurar uma comunicação eficiente entre as entidades dos setores judicial e social (Domestic Abuse Intervention Programs, 2017).

Como se pode observar no anexo x, as ações que o agressor utiliza, nomeadamente, a coação e ameaças, intimidação, abuso emocional, isolamento, filhos, privilégios masculinos, abuso económico, têm como objetivo o controlo e a intimidação da vítima. No centro da roda, encontram-se as palavras: poder e controlo, o que indica que essas relações de intimidade são construídas por comportamentos, onde a intenção é ter poder e controlar a vítima.

D. Psicologia do Aconselhamento: Teoria(s) Feminista(s) e Teoria Rogeriana

Na já clássica obra de Ruth Scheefer (1989) encontramos um conjunto de diversos autores que, ao longo do tempo sugeriram definições para a compreensão do que pode ser, em Psicologia, o Aconselhamento. Carl Rogers (1902–1987) teria caracterizado o aconselhamento como um conjunto de encontros diretos com o sujeito, com a finalidade de o auxiliar na mudança das suas atitudes e comportamentos onde ao profissional caberia auxiliar cada pessoa a cumprir-se integralmente à luz das suas capacidades e características. Exatamente na linha da proposta de Erickson (1951, in Scheefer, 1989) que também apontava para a ideia de ajuda visando facilitar o bem-estar do cliente por meio de uma relação de cooperação profissional-cliente.

Podemos então concluir que mesmo desde estas leituras datadas, o aconselhamento psicológico diz respeito a um caminho, construído conjuntamente entre o profissional e o cliente, com vista à sua satisfação e realização pessoal ou, dito de outro modo, a prática do aconselhamento traduz-se numa “relação face a face de duas pessoas, na qual uma delas é ajudada a resolver dificuldades de ordem educacional, profissional, vital e a utilizar melhor os seus recursos pessoais” (Scheeffe, 1980, in Scorsolini-Comin, 2014, p.4).

O aconselhamento psicológico, mais do que procurar suprimir sintomas ou perturbações psicológicas visa ajudar os clientes a lidar com essas situações que lhe dificultam o dia a dia e o próprio desenvolvimento, dado que a existência de sintomas e perturbações fazem parte da condição humana (Forghier, 2007). Neste sentido, é considerado um processo que possibilita que os clientes explorem as suas preocupações individuais, bem como a sua capacidade de ganhar consciência sobre si mesmo (Corey, 1983, in Scorsolini-Comin, 2014) isto é, da sua individualidade e experiência vivida.

Importa referir que a noção da importância de conversar com clientes e, inicialmente, pessoas que padeciam de alguma doença, proveio de Empédocles (filósofo e pensador pré-socrático grego 495– 430 a.C.) cujo posicionamento foi posteriormente corroborado por filósofos como Platão (428/7–348/7 a.C.) e Aristóteles (348–322 a.C.). Nesta altura, o tipo de abordagem ao nível da conversação variava de acordo com o próprio cliente e posicionamento do conselheiro (Forghier, 2007), tal como se constata no aconselhamento nos dias de hoje. Importa deixar a nota acerca do facto de, à época destes filósofos, as mulheres nem sequer tinham estatuto de cidadania.

Atualmente, existem cada vez mais iniciativas com o objetivo de criar métodos que envolvam a colaboração terapeuta/cliente, com vista ao empoderamento do segundo, que desenvolve e aprende novas possibilidades para poder assumir para si a definição do seu dia-a-dia, permitindo-lhe tornar-se operante na sua própria vida (Corey, 2017). Para operar na vida, primeiro será importante estar capaz de pensar sobre a vida, afirmava Camus (2004, p.18) que “começar a pensar é começar a ser atormentado”, também por isso o acompanhamento por profissionais, especialmente quando a pessoa se encontra em situação de grande vulnerabilidade, será fundamental.

Neste sentido, parece-nos que o aconselhamento psicológico é relevante na intervenção com vítimas de violência doméstica. Dado que pode auxiliar as pessoas a enfrentar os conflitos em ambiente protegido. Consequentemente, o sujeito poderá reencontrar a possibilidade de se transformar e de construir estratégias empoderadas em quaisquer domínios da vida.

A Terapia Centrada na Pessoa

Baseando-se no pressuposto de que podemos escutar e aceitar incondicionalmente “O Outro” e desenvolver, pela Pessoa, um profundo sentido de empatia por quem é e pela sua história, a perspectiva de Carl Rogers impôs-se. Apesar de ter surgido como alternativa a modelos diretivos de consulta psicológica, esta proposta e a visão de Rogers teve uma forte influência na conquista do reconhecimento do aconselhamento psicológico pela comunidade científica. Este autor recorreu à análise de transcrições reais de sessões de terapia. Corey (2017) recorda que para desenvolver uma terapia com vista a colmatar falhas sentidas na psicologia, era necessário desenvolver métodos mais práticos. Rogers foi então pioneiro no desenvolvimento de uma teoria psicoterapêutica que se baseia nos pontos fortes e nos recursos que as próprias pessoas têm - Terapia Centrada na Pessoa. Pressupõe que os indivíduos têm uma enorme capacidade para se compreenderem, elaborando estratégias para resolver os seus próprios problemas (Corey, 2017). Rogers (1985) considerou que a melhor forma de compreender o comportamento das pessoas seria partindo do próprio quadro de referência interno das mesmas, destacando, assim, a tendência de atualização como força motivacional básica que as conduz à evolução. O autor indica-nos 3 características essenciais do terapeuta: a congruência, a aceitação e consideração positiva

incondicional, e a compreensão empática. A relação assente na apresentação de quem se é de modo consistente (profissionalmente e como pessoa) e sem reservas, como indivíduo real, disponível e autêntico que também enfrenta diversas experiências e que também tem de lidar com dificuldades e sentimentos de ansiedade e frustração (congruência); A aceitação e consideração positiva e incondicional é estabelecida para com o cliente através da empatia do terapeuta (Farber & Doolin, 2011; in Corey, 2017). Finalmente o estabelecimento de uma compreensão subjetiva e profunda onde a empatia precisa é crucial para uma terapia de sucesso e, neste caso, para a abordagem centrada na pessoa (Cain, 2010; in Corey, 2017).

Relativamente aos procedimentos e técnicas, este modelo não restringe os terapeutas na utilização de métodos. Assim, tal como Carl Rogers defendia, a qualidade da relação terapêutica é sim a mais importante ferramenta para alcançar a evolução do cliente (Corey, 2017).

Por último, tal como Natalie Rogers defendia, a genuinidade, o respeito e a empatia são as características mais importantes para desenvolver a segurança e confiança bem como promover a evolução frisava “the therapist's role as being empathic, open, honest, congruent, and caring as she listens in depth and facilitates the growth of an individual or a group...” (Rogers, 1993). Destaca-se assim a aplicabilidade desta abordagem por profissionais que tenham de lidar com outras pessoas (por exemplo, em situação de crise, como é o caso de vítimas de violência doméstica) sendo essencial o acompanhamento da linha de pensamento da pessoa em crise em vez de fazer interpretações próprias, o que não é sustentado nesta abordagem, dada a valorização da capacidade de saber ouvir e compreender empaticamente outra pessoa. Portanto, especialmente numa situação de crise, o profissional deve manter uma postura de compreensão e empatia incondicional para que a pessoa consiga expressar-se melhor (Corey, 2017).

Foi Natalie Rogers quem apresentou uma estratégia de intervenção que acaba por ser um Modelo apoiado nas Artes Expressivas Centradas na Pessoa. A sua motivação partia precisamente do facto de, nos anos 50 do século passado, se esperar que a vida das mulheres se subjugasse à vida e aos planos do parceiro (por norma o marido), cumprindo assim um papel menor, na sombra do que cada uma poderia ser ou vir a ser. A sua forma de estar na terapia visava precisamente pôr em questão esse lugar subalterno e promover o desenvolvimento do verdadeiro potencial da pessoa. Em 1980 tinha publicado a obra “Emerging Woman: A decade of midlife transitions” onde expressa a relação evidente entre o que era esperado do indivíduo “mulher” e de como essa expectativa social se inscreve no que a própria pessoa, cada mulher, assume que é (deve ser e não pode ser) o seu lugar no mundo, o seu papel. (O’Hara, 2016). Natalie Rogers questionava essa determinação externa.

Os pressupostos básicos e fundamentais do pensamento aqui retratado tornam a abordagem centrada na pessoa útil para a compreensão de diversas visões do mundo. Deste modo, para além da empatia tem de estar sempre presente o respeito pelos valores dos clientes é uma habilidade

essencial no aconselhamento com sujeitos de outras culturas e que podem partilhar situações que não fazem parte do repertório habitual do terapeuta (Corey, 2017).

Em 2020 foi publicada em Portugal a obra de bell hooks “Teoria Feminista – Da Margem ao Centro” (um original de 1984 nos Estados Unidos), os trabalhos de hooks são, no que respeita às questões da violência sobre as mulheres, de uma centralidade que se explica precisamente pela postura e intervenção da autora junto das outras vozes nas Teorias Feministas: ao assumir o lugar das margens, da marginalização da importância de algumas vozes e algumas questões ou lugares de fala (as mulheres pobres, as mulheres negras, as mulheres vítimas), neste trabalho faz todo o sentido ler o que essas experiências trazem para a compreensão deste fenómeno.

“O princípio fundamental do pensamento moderno feminista tem sido a afirmação de que ‘todas as mulheres são oprimidas’. Esta afirmação pressupõe que as mulheres partilham um destino comum, que fatores como classe, raça, religião, e preferência sexual não criam uma diversidade de experiências...” (hooks, 2020, p.33). Ainda que possamos discutir o grau de risco conforme distintos fatores que possamos definir, a possibilidade de ser alvo de violência nas relações de intimidade é transversal.

A(s) Teoria(s) Feminista(s) no acompanhamento de vítimas

O feminismo vai muito para além das considerações de género. Para a terapia feminista, problemáticas multiculturais e de carácter de justiça social são igualmente relevantes. Esta diz respeito a uma filosofia baseada na premissa que é essencial considerar o contexto social, cultural e político, uma vez que este contribui para os problemas da pessoa. É considerada uma abordagem única com o objetivo de compreender os papéis que mulheres e homens, com diversas identidades sociais e experiências, têm e trazer esse entendimento para o processo terapêutico. Os padrões de socialização tendem a resultar em mulheres que cedem (o seu poder) em relacionamentos, muitas vezes, sem ter consciência disso (Natalie Rogers, 1995; in Corey, 2017). Neste sentido, a socialização da mulher afeta, inevitavelmente, o desenvolvimento da sua identidade, autoconceito, autoconfiança, aspirações e bem-estar emocional (Gilligan, 1982; King, 2013; Turner & Werner-Wilson, 2008; in Corey, 2017).

A terapia feminista evidencia que os papéis sociais de género influenciam profundamente a identidade de uma pessoa, desde o momento do seu nascimento.

Referindo-se aos trabalhos de Lúcia Amâncio e João Manuel Oliveira, sabemos que uma das principais tarefas da psicologia feminista será prosseguir no estudo das raízes culturais, no estudo do passado, para (re)encontrar o sentido das coisas no presente (Nogueira, Saavedra & Neves, 2006).

A teoria feminista está ciente que os estereótipos de género tradicionais associados às mulheres permanecem em várias culturas, portanto, promover a consciencialização de todos no sentido de

que aceitar, sem criticar, estes papéis tradicionais pode ser uma grande limitação para o alcance da liberdade individual de todos, principalmente das mulheres.

A Teoria Feminista Relacional – Cultural, destaca a importância que as relações e as conexões desempenham na vida das mulheres, sendo que o sentimento de identidade e o autoconceito se desenvolvem no contexto das relações que estas estabelecem. Características como a autenticidade e a transparência são requisitos com relevância para o desenvolvimento da relação principalmente se se visa reparar quaisquer formas de injustiça (Ackerly, 2009). Jordan (2010; in Corey, 2017) destaca que a Teoria Relacional-Cultural não tem como finalidade auxiliar as pessoas a ajustarem-se a uma determinada situação, mas sim promover o aumento do desejo do cliente por conexão e construção de redes relacionais.

Em Corey (2017) reforça-se a compreensão de que o impacto sociopolítico na vida dos indivíduos é o princípio fundamental da terapia feminista. Tal como o compromisso com a mudança social, então, dirigir ações para a mudança social é uma das responsabilidades do terapeuta. Por exemplo, no caso de os terapeutas trabalharem com vítimas de violência doméstica, o seu objetivo suporta a desconstrução de crenças e a transformação da cultura de violência em que vivemos. A finalidade é alcançar uma visão diferente da sociedade que liberte tanto as mulheres como os homens das restrições impostas pelos papéis de género e expectativas sociais.

Escutar e valorizar as vozes de quem se sente vítima de qualquer forma de opressão é central neste Modelo e na relação terapêutica, a parceria terapeuta/cliente é igualitária, em outras palavras, a relação terapêutica é marcada por autenticidade, mutualidade e respeito (Pusateri & Headley, 2015, in Corey, 2017). Reconhecendo que há um desequilíbrio de poder nas relações terapêuticas tradicionais aqui reside também uma diferença técnica, pois quem alinha a sua prática nesta perspectiva, coloca o foco nas experiências e na recondução do poder e do privilégio de se fazer entender na pessoa que acompanha. Esta recolocação do poder nas mãos de quem julga não o ter de todo (ao poder) permite, à pessoa, compreender as dinâmicas de relação onde essa questão é charneira: quem domina e para quê, e ainda, de que modo o poder se joga? Mais uma vez por recurso a Crawford e Unger (2004), o facto de muitos estudos sustentarem as suas discussões na inferioridade biológica das mulheres (pormenor já referido nas Teorias Explicativas) e dessas aceções terem eco, por exemplo, na comunicação social, conforma o status quo em que radicam muitos dos padrões relacionais desiguais. Em terapia, também estas “normalidades” podem e são questionadas.

Ainda o foco nos pontos fortes e a aposta na reformulação da definição de que é ou pode vir a tornar-se angústia psicológica, compreenderemos melhor se nos apoiarmos em Frankl (1967/1985) que se preocupava com o vazio existencial, por este conduzir à ansiedade e à culpa. Atendendo ao que conhecemos da realidade de vítimas de VD, esta preocupação merece-nos uma nota no sentido da evidência da mais valia do aconselhamento junto de vítimas.

Terapeutas alinhados nas teorias feministas referem-se a problemas no contexto e coping skills em vez de patologias. Por exemplo, uma vítima de violência doméstica que sofreu de abuso sexual pode apresentar dissociação, sendo compreendido como um mecanismo de coping para sobreviver. O foco será ajudar os indivíduos a fazer a diferença nas suas vidas. Num compromisso com a mudança social, que liberte todas as pessoas de estereótipos, marginalização e opressão, de forma a levar ao empoderamento de quem se tem vindo a ver negado de um lugar de igual dignidade. Por exemplo, mais uma vez, as características ditas femininas tendem a ser usadas para minorizar as mulheres, como seja a ideia de que estas têm maior apetência para o cuidado (de pessoas e bens), remetendo-as, por isso, para o cumprimento de muitas tarefas de vida que não são remuneradas e, talvez por este pormenor, ficam relegadas a uma consideração de menor valia quando, se pararmos para pensar, são das ações mais preciosas na vida (o cuidar e ser cuidado/a). Podemos mesmo socorrer-nos da referência a Crawford e Unger (2004) quando lembram que as mulheres são normalmente apontadas como especialmente vocacionadas para as questões relacionais, porque precisariam, mais que os seus companheiros de espécie, de ligação humana. Dito desta forma, esta ideia, se reforçada no modo de ser e estar de uma mulher, mesmo que vítima de relações abusivas, deixa a questão sobre se não poderá uma vítima “deixar-se ficar” por ter aprendido que esse seria o seu lugar e que, a relação, a ter falhado, se deveria a incompetência sua.

Os objetivos das terapêuticas das terapias feministas são claros: empoderamento, valorizando a diversidade, lutando pela mudança, pela igualdade, pela independência e interdependência, pela mudança social e pela autocriação. De forma a ajudar os indivíduos a serem agentes ativos a nível individual e coletivo.

Ackerly (2009) defende que as teorias feministas na psicologia estão ao serviço de qualquer pessoa, pois contem as ferramentas que suportam a descoberta de quaisquer formas de subalternidade e injustiças várias, assenta na capacitação das pessoas para a desconstrução do que se tem como adquirido, em suma, visa especialmente questionar as mais diversas formas de opressão.

No aconselhamento feminista, a pessoa reconhece-se escutada, amparada, vista e percebida como ser na sua integridade.

II. Objetivos

Tendo em consideração a problemática e questões orientadoras seguintes, o presente estudo centra-se na tentativa de compreender a perceção da violência vivenciada, no caso específico, de mulheres vítimas de violência doméstica. Tendo como objetivos gerais:

- Situar genericamente o fenómeno em termos histórico-culturais e suas implicações sociais;

- Procurar uma modalidade de acompanhamento para vítimas que assuma um formato entre terapia e o acompanhamento do processo jurídico, recorrendo aos Modelos de Aconselhamento;
- Realização de um processo de investigação que possa ser replicado futuramente como intervenção junto de vítimas (guião de entrevista, protocolo de entrevista e levantamento de dados, grelhas de análise).

De acordo com a teoria fundamentada, a nossa questão de investigação será:

A permanência numa relação abusiva (VD) dever-se-á ao desconhecimento sobre o que configura a violência nas relações da intimidade? Haverá características distintivas que permitam prever quem poderá ser vítima de violência doméstica?

Colocada esta ideia de base e assumindo o desconhecimento acerca dos fatores que poderão dar resposta às interrogações anteriores, optámos pela solução metodológica que se suporta nos dados para a construção de uma teoria.

A. Metodologia

No estudo realizado, partiu-se do princípio de que o fenómeno da violência doméstica não é suscetível de ser medido de forma quantitativa, pois diz respeito a uma experiência de vida. Deste modo, optou-se por uma metodologia de carácter qualitativo, onde se priorizou o contexto (estrutura de apoio à vítima) e contacto direto com as participantes do estudo. Não temos, contudo, como finalidade estabelecer uma generalização, nem uma ligação linear de causa-efeito, dado que o fenómeno estudado é complexo e multidimensional. Portanto, o que se pretende é uma análise exploratória e interpretativa das informações (dados) coligidas.

De acordo com Fernandes & Maia (2001), a metodologia qualitativa é aplicada em estudos que “contextualizam o conhecimento”, considerando o procedimento de construção de conhecimento uma dimensão importante. Isto indica-nos que não existe produção de conhecimento independente do sujeito sabedor, bem como deve estar presente na produção científica do investigador a sua própria subjetividade.

B. Método

A análise qualitativa tem em si inseridas diversas estratégias de investigação. Os estudos ideográficos, etnografia, etnometodologia, *grounded theory*, análise de discurso, análise da conversação e análise da narrativa são algumas dessas formas de análise que observam os dados qualitativos através de quadros de referência característicos (Fernandes & Maia, 2001). Neste estudo optou-se pela utilização da *grounded theory*, como princípio de concetualização e recolha de dados (Charmaz, 2009; Fernandes & Maia, 2001; Holanda, 2006; Pinto & Santos, 2012;

Strauss & Corbin, 1990). Para tratamento das narrativas utilizámos a análise temática (Braun & Clarke, 2006) como suporte.

Dado que o objeto de estudo da psicologia é o comportamento humano, torna-se imprescindível para o investigador dar relevância a dados qualitativos que se correlacionam com a experiência, o discurso ou a história, isto é, dar mais importância às palavras do que aos números (Fernandes & Maia, 2001).

A *grounded theory* consiste numa série de procedimentos sistemáticos e rigorosos de análise de dados, sistematizados numa sequência que se pende para uma maior complexidade e integração. A metodologia deste método tem como finalidade conceber teoria a partir da recolha de dados e posterior análise sistemática e rigorosa da informação, bem como da orientação dos investigadores com base no processo indutivo de produção de conhecimento. Isto quer dizer que os procedimentos da *grounded theory* são bem definidos (originando uma interpretação rigorosa e precisa) e, simultaneamente, permitem a criatividade indispensável à existência de um dos princípios primordiais da teoria: a interpretação e conceptualização dos dados. Neste sentido, a criatividade sustenta a capacidade para dar sentido e significado aos dados, ou seja, suporta a sensibilidade teórica e incentiva a formulação de questões, sendo, por isto, também conveniente ao método de comparação constante - elemento crucial ao longo de todo o processo (Fernandes & Maia, 2001).

C. Recolha de Dados

A entrevista semiestruturada (anexo 2) foi a estratégia utilizada para a recolha de dados, uma vez que se pretendia aceder a narrativas biográficas temáticas. A potencialidade deste sistema é ter um grau mínimo de estruturação, o que concede ao investigador a possibilidade de dispor, em simultâneo, de uma determinada orientação da entrevista e uma liberdade essencial para que o entrevistado se sinta incentivado e instigado a narrar a sua história (Beer, 1992). Isto é, o sujeito encontra-se no controlo da situação, possibilitando-lhe escolher o que contar e de que forma contar. Apesar da entrevista semiestruturada não necessitar de uma estrutura estritamente definida, é crucial que exista um trabalho árduo de preparação e condução da mesma, de forma a garantir a sua efetividade. Neste sentido, a entrevista qualitativa traça-se com base num guião.

O guião tem como finalidade transformar as questões de investigação, formuladas quando se definiu o problema, em questões suscetíveis de serem compreendidas pelos sujeitos (Wengraf, 2001). Estas questões devem ser formuladas de forma simples, direta, adequada à linguagem do entrevistado e consideravelmente aberta, de forma a fomentar a narrativa.

Dada a complexidade em dirigir uma entrevista, torna-se inconciliável registar manualmente toda a informação que vai surgindo ao longo da conversa. Portanto, nestes casos, é frequente o registo da entrevista em formato áudio.

Neste caso, as entrevistas foram realizadas em locais acordados com as participantes. Cinco das entrevistas foram realizadas no espaço do GAV do DIAP de Coimbra e UMAR, local onde as mulheres se sentiam familiarizadas com o local e em segurança. A última entrevista foi realizada via online, devido ao facto desta mulher não ter disponibilidade para se deslocar ao local acima referido, uma vez que se encontrava a residir noutra cidade. Foi possível observar alguma tranquilidade no discurso, provavelmente, devido ao facto de estarem num local onde já é habitual abordar a temática. As entrevistas duraram cerca de 45 minutos, tendo sido possível, apesar do tema, observar uma postura descontraída nas participantes. O momento em que foi realizada a entrevista começou com uma breve explicação verbal do objetivo do estudo e foi dada a garantia de confidencialidade das informações obtidas. Foi entregue o consentimento informado (anexo 3) e pedido que estas confirmassem se compreendiam o que estava expresso por escrito, havendo disponibilidade para o esclarecimento de qualquer dúvida. Por fim, apesar de esta informação estar presente no consentimento informado, foi reiterado o pedido de confirmação da autorização para a gravação da entrevista.

A realização das entrevistas foi possível devido ao conhecimento do contexto de vida destas mulheres, sendo a expressão de empatia com as mesmas um elemento crucial para a realização do procedimento.

D. Participantes

De acordo com a *grounded theory*, a amostra não é previamente estabelecida, esta vai-se definindo à medida que a análise dos dados vai decorrendo. Em termos amostrais isto designa-se por amostragem teórica, ou seja, é através da experiência que determinados sujeitos possuem do fenómeno em estudo que a amostra é selecionada. Estes sujeitos são relevantes para o investigador, dado que representam o que é típico no fenómeno que se pretende investigar. Apenas quando as narrativas dos sujeitos começam a ser redundantes, isto é, quando as informações de novos sujeitos começam a confirmar a teoria, não lhe acrescentam outros componentes, é que se dá por encerrada uma recolha de dados. A isto designa-se saturação teórica. A contribuição do GAV do DIAP de Coimbra e UMAR foi fundamental, dado que foi através desta entidade que se pôde ter acesso aos sujeitos que representavam interesse para a investigação. As participantes do estudo foram selecionadas através dos seguintes critérios: serem do sexo feminino e serem vítimas de violência doméstica.

	Idade	Nacionalidade	Escolaridade	Profissão	Número de Filhos
P1	25	Portuguesa	9º ano	Produtora de eventos	1
P2	28	Portuguesa	Mestrado	Programadora de software	-
P3	29	Portuguesa	Mestrado	Psicóloga +TAV	-
P4	35	Portuguesa	Mestrado	Técnica de intervenção social	-
P5	50	Portuguesa	Licenciatura	Assistência Social	3
P6	50	Portuguesa	Doutoramento	Professora universitária	2

Tabela 1 – Apresentação dos dados sociodemográficos e pessoais das mulheres entrevistadas

As participantes têm entre 25 e 50 anos de idade e são todas de nacionalidade portuguesa. Apresentam escolaridade elevada (ensino superior), sendo que uma é doutorada, três mestres e uma licenciada. Uma tem apenas o ensino básico concluído (9º ano). Três destas mulheres são mães, tendo entre um a três filhos. Em termos religiosos, apenas um diz ser católica. E, no que diz respeito, à orientação político-partidária, quatro consideram-se ser de esquerda e duas revelam não ter qualquer tipo de orientação.

III. Apresentação e Análise de Dados

Os dados foram obtidos através de entrevistas semiestruturadas com a colaboração de utentes do GAV da UMAR e DIAP de Coimbra.

As entrevistas foram integralmente transcritas e lidas e analisadas diversas vezes, com vista a proceder à codificação aberta (anexo 3). Foi utilizado o Excel, para, através de uma tabela, se considerarem os dados (os excertos das transcrições ou “unidades de análise”) correspondentes a cada tópico e assim ser mais simples comparar os resultados obtidos.

As categorias e subcategorias originárias da codificação aberta foram agrupadas em três dimensões: violência experienciada na infância/adolescência, violência resultante da relação abusiva e compreensão da violência doméstica. Inseridas nestas dimensões encontram-se várias categorias e subcategorias que, entre si, permitem encontrar uma relação com sentido.

Desse trabalho de organização resultou uma figura como a que se apresenta de seguida (Tabela 2), onde se põem lado a lado as diferentes formas de violência que acabámos por estudar, por decorrem da investigação levada a cabo (Na coluna da esquerda aquela que se situa no passado -Violência na infância/adolescência; Na coluna central, a que está no “presente [por ter estado na origem da consciencialização do problema]” - Violência na relação; Na coluna da direita, “[para a prevenção do] futuro” – Compreensão da Violência).

VIOLÊNCIA: INFÂNCIA/ADOLESCÊNCIA	VIOLÊNCIA: RELAÇÃO AMOROSA	COMPREENSÃO: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
Vinda de quem?	Contexto do início da relação	O que é a violência doméstica
Tipo de violência	Tempo de relacionamento	Porque existe violência doméstica
Motivo	Caracterização do início de namoro	Violência doméstica como forma de violência contra a mulher
Observação de violência no seio familiar	Descrição das agressões	
Entre quem?	Episódios de violência ao longo do tempo	
Tipo de violência	Violência alargada a outras pessoas	
Motivo	Permanência na relação	
	Formalização de queixa	
	Motivação	
	Serviços de apoio a vítimas	
	Razões para pedir (ou não) apoio	
	Decisões tomadas no serviço de apoio	
	Estado da situação atualmente	
	Consequências da violência sofrida	
	Sentimentos quando era violentada	
	Sentimentos quando pensa na violência	
	Forma de estar/ser	
	Projetos de vida	

Tabela 2 – Dimensões resultantes da sistematização das categorias e subcategorias

Violência na infância/adolescência

O objetivo central desta dimensão é saber se existiu ou não violência na infância/adolescência destas mulheres, sentida tanto direta como indiretamente, assim como que tipo de violência existiu, quem é que a praticou e (tendo existido) o que pensam estar na origem destes comportamentos agressivos.

Apenas P5 respondeu negativamente neste ponto que remete para o passado afirmando que “*foi só quando me casei*”. As restantes entrevistadas indicaram um dos progenitores e o irmão como a primeira pessoa que exerceu violência contra si. P1 indica que “*Sempre foi na base de ser criança... A minha mãe sempre foi uma mãe que era muito dada a qualquer coisa que fosse na base do castigo, era para levar...*”; P2 afirma que “*A primeira vez que eu me lembro de sofrer de violência tinha para aí 3/4, eu sofri de abuso sexual pelo meu irmão. Portanto 3, 4 anos, na verdade desde que me lembro de existir (...) e da minha mãe para mim... física*”; P3 indica que “*(...) não me lembro que idade é que tinha, mas foi quando era criança. De certeza que foi por*

parte da minha mãe, a primeira vez. Deve ter-me dado uma bofetada ou qualquer coisa assim por me ter portado mal.”; P4 diz “tive uma infância na qual a violência psicológica e física esteve bastante presente. Principalmente por parte da minha mãe, que estava sozinha comigo e com o meu irmão a maior parte das vezes.” e P6 refere que foi “Por parte do meu pai. Violência sobretudo psicológica, maus-tratos psicológicos...”. Através destas respostas pode-se concluir que todas as participantes sofreram violência psicológica, à exceção de P5 quem, como já referido, afirmou não ter experienciado qualquer tipo de violência na sua infância/adolescência; P1, P2, P3 e P4 sofreram violência física; e P2 violência sexual.

Quando questionadas acerca do que pensavam ser os motivos desta violência as respostas foram: “não sei”, ciclo e naturalização da violência, negligência, estilo de educativo e patriarcado: “É algo que eu hoje não consigo compreender... E que tive mais mágoa e mais incertezas e mais dúvidas a partir do momento em que eu fui mãe. Porque eu não sou capaz de fazer ao meu filho, não estou a dizer que eu não lhe dê uma palmada no rabo quando seja necessário, mas como a minha mãe me fazia, não sou capaz” [P1]; “é um ciclo de violência, na verdade (...) Havia muita negligência à nossa volta (...) não havia assim muitas demonstrações de amor e eu acho que houve uma deturpação do que era amor (...) e eu acho que foi muito essa repercussão.” [P2]; “(...) eu ainda nasci numa altura em que os castigos físicos e determinadas verbalizações eram vistos como naturais e parte da educação que se deve dar a uma criança (...) era a naturalização desse tipo de agressões na educação que se dá a uma criança.” [P3]; “ela também veio de um contexto familiar bastante pouco seguro (...) família da aldeia, rural, teve uma educação à moda antiga, como se diz e, para além disso, de vir de uma família católica e muito conservadora, tipicamente rural (...) A minha mãe reproduzia a violência que sofreu.” [P4]; “Patriarcado, basicamente.” [P6].

A segunda categoria corresponde à existência de “violência no seio familiar”. P1 e P5 responderam que não observaram qualquer tipo de violência na sua família de origem por parte de outros elementos “Não, porque eu fui criada apenas pela minha mãe. O meu pai foi-se embora tinha 2 anos e meio, portanto, fui sempre criada pela minha mãe. Via o meu pai (...) às vezes.” e “Não... Os meus pais foram casados até morrerem, tenho irmãos... Não, nem de divórcio, nem de violência. Os meus pais foram casados até morrerem...”, respetivamente.

Apesar disto, P1 revela que o seu pai foi bastante ausente e, provavelmente, por parte de P5 existe uma grande importância dada ao ato de casar, no sentido de até haver uma associação entre “estar casado até morrer” e, por isto, não existir violência.

Por outro lado, P2, P3, P4 e P6 indicaram que observaram violência na sua família de origem por parte de outros elementos, nomeadamente, entre os seus progenitores: “O meu pai era toxicodependente e alcoólico e quando aparecia em casa, batia na minha mãe, havia violência doméstica entre os meus pais (...) e depois da minha mãe para os filhos.” [P2]; “O meu pai

perpetuava violência contra a minha mãe e, apesar de não ter assistido a muitas coisas, lembro-me de um episódio” [P3]; *“A minha mãe (...) sofria vários tipos/formas de violência não física por parte do meu pai: violência económica, humilhação (...) sendo que era ela que ficava conosco em casa”* [P4]; *“Sim, o meu pai chegou a bater na minha mãe e sempre maltratou a minha mãe (...) uma relação muito predadora, muito tóxica, a relação nunca foi saudável, sempre foi uma relação de interdependência, que eles lá arranjaram o seu ponto de equilíbrio até agora, mas que foi um péssimo exemplo para os filhos.”* [P6]. Neste sentido, estas quatro mulheres sofreram de violência indireta, que diz respeito à observação de violência, bem como na coabitação ou convivência familiar com as vítimas de abuso.

Finalmente, foram identificadas algumas particularidades familiares ao longo do discurso de algumas entrevistadas, nomeadamente, *“O meu pai foi-se embora [quando eu] tinha 2 anos e meio”* [P1]; *“(...) o meu pai tem uma psicopatologia”* [P3]; *“(...) o meu avô, nós temos quase a certeza, embora não seja diagnosticado, tinha doença mental, algum tipo de bipolaridade, esquizofrenia (...) e não podia beber álcool que ficava completamente descompensado”*; [P4]; *“(...) O meu pai tinha morrido (...) era toxicod dependente e alcoólico (...) e não havia assim muitas demonstrações de amor”* [P2].

Violência na relação abusiva

Na dimensão violência na relação abusiva (que nos remete ao presente) foi possível analisar: o contexto em que se iniciou a relação, a sua duração e como estas mulheres caracterizam o início do relacionamento, descrição das agressões e a sua evolução, a permanência na relação, a formalização de queixa/denúncia, a existência ou não de pedido de apoio a serviços de apoio e as consequências da relação abusiva. Esta dimensão foi a mais explorada, dado que foi neste momento que ocorreram os principais eventos de vitimação.

No que concerne ao contexto em que começou o relacionamento amoroso, existe uma diversidade de respostas, desde o contexto escolar, familiar, religiosa e festivo: *“Nós somos parentes afastados. Na altura, quando a minha mãe teve cancro, ele esteve muito próximo.”* [P1]; *“Eu tinha 16 anos e estávamos no liceu. Ele era da minha turma.”* [P2]; *“Foi no primeiro semestre do ano 2010, tinha eu 17 anos. Estava no 11º ano.”* [P3]; *“Ele era DJ, era dealer e conheci-o aí, (...) o contexto dele e os círculos dele era malta que organizava raves, festas de trance...”* [P4]; *“Eu fui assistir a uma palestra sobre toxicod dependência, em Fátima, e ele estava lá no santuário.”* [P5]; e *“Foi na universidade”* [P6]. Relativamente ao tempo de relacionamento foram dadas respostas entre os 2 anos e os 25 anos: *“Durou 8 anos”* [P1]; *“Uns 7 ou 8 anos, para aí...”* [P2]; *“Mais ou menos 2 anos.”* [P3]; *“2 anos, 2 anos e meio.”* [P4]; *“19 anos”* [P5]; *“Foram 25 anos”* [P6].

Relativamente à caracterização do início do relacionamento, a maioria das entrevistadas retrata a relação como “normal”, no sentido que aparentava ser um início comum às outras relações, ditas saudáveis. *“Ambiente normal de família (...) era uma relação normal, íamos jantar fora, íamos a espetáculos (...), passeávamos, estávamos em família. No primeiro ano de relação não houve nada...”* [P1]; *“O normal para uma relação adolescente (...), inicialmente, não houve nada de especial, não houve assim nenhum sinal que as coisas fossem correr mal”* [P3]. Para além disto, retrataram este período, de forma geral, como muito intenso. *“Muito intenso (...) muita fantasia, muito lua-de-mel... Parecia mesmo fantástico. Muito dependente, co dependente... Nós precisávamos muito um do outro e era muito mesclado nós os dois, um no outro. Tudo muito bonito...”* [P2]; *“Foi assim uma paixão muito louca, passado uma semana já estávamos a namorar. Foi muito intenso no início.”* [P3]; *“Foi, tipo mágico... E depois, claro, com drogas à mistura parece tudo lindo (...), ao nível de intensidade e de estarmos tão alinhados e mesmo ao nível da comunicação. Foi a maior paixão da minha vida (...)* [P4]; *“Era uma coisa muito intensa porque era (...) como se fôssemos uma alma gémea, gostava de tudo o que eu gostava também...”* [P5]; *“Foi bastante intenso. Assim uma grande paixão e ambos estávamos convencidos, naquele ideal “ok, é a minha cara-metade” e “só existe um amor na vida”, e “nós tínhamos encontrado o amor da nossa vida””* [P6]. P5, apesar de descrever o início como uma fase em que o seu ex-companheiro a tentava impressionar, revela que este *“tinha um olhar muito estranho, um olhar muito profundo, havia qualquer coisa ali...”*.

Tendo em consideração as afirmações de P1, os episódios de violência eram de ordem psicológica e física. *“Começou a tornar-se numa pessoa muito ciumento, não podia ter amigos do sexo masculino (...) Estávamos a discutir (...) e, de repente, ele deu-me uma cabeçada e abriu-me o sobrolho, ainda hoje tenho a marca”* [P1]. Por sua vez, as declarações de P2 revelem que os tipos de expressão violenta eram de carácter psicológico, físico e sexual: *“Discussões por causa do consumo de álcool exagerado que ele consumia que levavam a violência física (...) Ter relações sexuais obrigada, acabando a por entrar em dissociação (...) Muito controlo e diminuição da minha autoestima, acabando por me deixar vulnerável e controlável, considerando-me como “o centro de todos os males””* [P2]. Já P3, alega a ocorrência de violência psicológica (controlo e perseguição) e violência física: *“(…) Era acima de tudo ciúmes, e não era só em relação a potenciais outros parceiros, era em relação às minhas amigas e essas coisas todas (...) quando estávamos juntos, a violência era mais física, quando estávamos separados, era mais perseguição, era mais violência psicológica em forma de manipulação...”* [P3]; No que lhe respeita, P4 ao declarar que *“(…) ele era super possessivo, ele chegou-me a rasgar camisolas só para eu não sair assim vestida, camisolas que mostravam o decote, não podia ver nenhum gajo a meter-se comigo na rua que mandava murros ao gajo (...). Ele chegou a levar-me para casa pelos cabelos por eu estar sozinha num bar”* [P4], aponta para a existência de violência

psicológica e física na sua relação abusiva. De seguida, ao examinar as revelações de P5: *“Começou com restrição alimentar, e depois eu achei (...) que não tinha que andar sempre a comer as mesmas coisas... Cujos objetivos eram meramente económicos, poupar dinheiro e fazer parecer à sociedade que tinha um nível superior àquilo que era o nosso, ou seja, uma questão de ostentação”* pode-se concluir que o tipo de violência presente é o psicológico. Porém, ao longo da entrevista foi visível nesta entrevistada a falta de vontade em relatar os episódios de violência. Por fim, P6 revela: *“O meu filho mais novo tinha poucos meses e ele pendurou-o no 6º andar naquele vazio das escadas, em frente ao elevador (...). Eu já tinha metido os papéis do divórcio, aí ele disse que quem perdesse (tinha a ver com a regulação das crianças) vai ter uma tragédia... ou seja, quem perder vai ter uma tragédia. Eu comecei a pensar o pior (...) maus-tratos, humilhação, humilhação em público, etc.”*, o que nos indica que a violência psicológica (às vezes, utilizando os filhos como meio) é a mais marcada nesta entrevistada.

P1, P3, P4 indicam que consideram os ciúmes como motivo para a existência de violência. Por sua vez, P2 indica que *“a sexual porque ambos sofremos casos de abuso sexual infantil, eu fui vítima e ele foi vítima e agressor e eu acho que ele ficou muito preso nesse papel de agressor; a sexual porque ambos sofremos casos de abuso sexual infantil, eu fui vítima e ele foi vítima e agressor e eu acho que ele ficou muito preso nesse papel de agressor; a violência emocional ainda hoje não faço ideia”* [P2], ou seja, segundo esta entrevistada, a origem dos episódios violentos estava em eventos passados da infância, tanto da sua, como do agressor. Por outro lado, P5 indica que a causa das agressões poderá estar *“associado a uma síndrome ou patologia. Desequilíbrio emocional, (...) alguma questão de doença (...) uma psicose qualquer”* indica também que *“as crianças ou eu só o deixávamos aborrecido se contestássemos algo que ele dissesse ou fizesse, se toda a gente concordasse, ele era o rei e estava tudo bem.”*. Neste seguimento, P6 afirma que a ocorrência de episódios violentos existia devido à *“frustração dele (...) essas agressões eram uma forma dele assumir o protagonismo dele na relação e o poder dele em relação”*.

A maioria das mulheres entrevistadas - P2, P3, P4, P5 e P6 – revelam que os episódios de violentos iam-se alterando ao longo do tempo, ou seja, havia um aumento da frequência e da intensidade dos episódios. Apenas P1 indicou que *“Íamos tendo momentos (...) ele tinha momentos, não ia crescendo ou havia picos”*.

P1 e P2 indicaram que, no caso delas, não houve uma extensão da violência para pessoas próximas de si: *“Enquanto marido tenho coisas não me agradaram e acho que não foi 100% bom marido (...), enquanto pai não tenho nada a apontar, é um pai extremamente carinhoso”* [P1] e *“Era tudo muito focado na namorada, é tudo muito escondido. Ele é muito cativante, ele é muito fascinante e todas as pessoas o adoram.”* [P2]. O mesmo não aconteceu com as restantes *“Com amigos, sim.”* [P3]; *“Sim. Violência física, quando tentavam alertar-me para a relação ou*

quando amigos tentavam defender-me da violência dele ou do controlo dele, mas a maior parte das vezes nem chegava a tanto porque o pessoal simplesmente ficava com medo e bazava.” [P4]; “Ameaçou o meu irmão de morte, numa discussão, espancava violentamente, de uma forma desproporcional, o meu filho mais velho (...) e com o meu filho mais novo também.” [P5]; “Sim, como o meu filho mais velho e com o mais novo. E, recentemente, com a minha mãe.” [P6].

P2 e P3 referem que não formalizaram uma queixa/denúncia, porém, no caso de P3 foi aberto um processo “(...) eu não formalizei (...) nós chamámos a polícia e daí foi aberto um processo.” [P3]. Enquanto P1, P4, P5 e P6 informam que formalizaram queixa: “Pelo menos 2,3,4 queixas na polícia foram formalizadas” [P1]; “Duas mas à terceira já não quis, já fui retirar, estava com medo que aquilo... que o ministério público...” [P4]; “eu só tive força e energia para fazer (...) a Procuradora me disse que eu podia ir para casa mudar a fechadura e que ele não entrava mais, é que eu me senti com força para dar uma pausa na minha vida e para tomar a iniciativa.” [P5]; “Sim (...) mas só o fiz em março do ano passado.” [P6]. Das entrevistadas que formalizaram queixa/denúncia, todas revelaram que o que as motivou foi o facto da violência se estender para amigos ou filhos. P1 e P5 indicaram que foi quando a violência envolveu os filhos – “O meu filho que começou com tentativa de suicídio” [P5]. P3 afirma que foi quando envolveu amigos e o namorado da altura – “estavam envolvidos amigos meus e o meu namorado da altura (...) também estava em causa a segurança das outras pessoas (...), eu sabia como lidar com a situação” [P3]. Por sua vez, P6 indica que “Eu temi pela minha vida (...) Apresentei a denúncia porque o meu medo era tal que eu pensei que ele ia matar-me, a mim e aos miúdos. Porque ele falou em tragédia e eu temi também pelas crianças.”. P4 indica que realizou a denúncia porque “queria dar-lhe um susto, quando eu fui fazer as duas queixas, a minha intenção não era que ele fosse preso.” [P4]. Foram apontadas pelas entrevistadas várias razões para permanecerem na relação abusiva. P1 afirmou que gostar da pessoa foi o principal fator “Eu acho que acima de tudo é gostar. Ainda hoje, eu já estou separada dele já faz um ano, mas ele é o pai do meu filho, não deixo de me preocupar com ele” [P1]. A dependência emocional também foi referida por algumas entrevistadas. “A minha autoestima e o meu sentido de autovalorização estavam em baixo (...) achava mesmo que não vivia sem ele (...). Eu cheguei a pensar “se tu me deixas, eu mato-me, eu não sei o que vou fazer (...) eu já me definia através dele, eu já não tinha identidade própria e não tinha amor próprio” [P2]; “Ele, a certo ponto, foi-me isolando dos meus amigos que também não sabiam como lidar com a situação. E, pronto, era adolescente e tinha aquelas ideias (...) que já não conseguia viver sem ele porque o que é que eu ia fazer com toda a minha vida social, o que é que eu ia fazer com o meu tempo, com quem é que eu ia estar, etc” [P3]; “Estava muito dependente emocionalmente, estava muito apaixonada, achava que ele era a minha alma gémea porque ele foi assim o amor mais intenso que eu tive.” [P4]

Os comportamentos manipuladores do agressor foram igualmente referidos por algumas entrevistadas. *“Eu pedi para isto terminar, ele é que não deixava... Eu pedi o divórcio há muitos anos, ele é que dizia: “Pensas que te vês livre de mim? Comestes a carne, tens que roer os ossos, isso é que era bom... vais ficar na miséria, não vais ter um tostão, hás-de suplicar para viver e para comer.” [P5]; “Porque eu estava coberta de defeitos e porque eu sentia-me responsável, ele domina a arte da manipulação e ele conseguiu manipular-me” [P6]; “Ele conseguia ser a pessoa mais carinhosa e sedutora e eu não conseguia deixá-lo” [P2].*

Para além dos filhos – *“Depois quando as crianças chegaram as coisas tornaram-se mais complicadas (...) é difícil para as mulheres saírem de relacionamentos tóxicos, sobretudo quando são mães” [P6], P4 também referiu o animal de estimação “nós tínhamos um cão, que era dele e eu só de pensar que tinha de abandonar o cão... Eu sabia que o cão nunca iria ficar comigo” [P4].*

É também importante referir que P4 relatou que *“Eu acho que o facto de eu ter sofrido muita violência física e psicológica por parte da minha mãe quando eu era criança, fez-me relacionar a violência com o amor. Não que isto seja uma coisa consciente, mas no meu inconsciente acho que era essa a percepção que eu tinha”.*

P1, P5 e P6 revelam que recorreram a serviços de apoio a vítimas, no entanto, em alguns serviços não se sentiram apoiadas nem compreendidas. *“Para além deste gabinete, não houve uma instituição que me desse apoio” [P1]; “Recorri a outra instituição, mas não me ajudaram assim muito... (...) as pessoas estão preparadas para ouvir violência doméstica do senhor que mora na aldeia, que vai para a taberna, bebe uns copos e a seguir bate na mulher e nos filhos. Pouca gente tem disponibilidade psicológica para aceitar violência doméstica num estrato social médio, de classe média” [P5]; “Para além deste gabinete, recorri a [nome de instituição].” [P6].* No que diz respeito às razões que levaram a que recorressem a este tipo de serviço afirmaram que foi com o objetivo de obter apoio jurídico e/ou psicológico. *“Na altura quando estava a falar com o Procurador, foi o primeiro a indicar-me que seria bom ter um apoio psicológico e indicou este gabinete” [P1]; “Eu na altura já estava com imensos problemas por causa de uma advogada que eu tinha mas que a advogada do pai dos meus filhos tinha negociado com ela sem eu saber, fui imensas vezes à [nome de instituição] pedir ajuda, nomeadamente jurídica e depois quando o Rafael começou com a tentativa de suicídio, para pedir ajuda psicológica para ele...” [P5]; “Tive apoio psicológico...Ele bateu-me e depois ele pendurou-o o meu filho mais novo no 6º andar naquele vazio das escadas, em frente ao elevador” [P6].*

As restantes entrevistadas, P2, P3 e P4 indicaram que não recorreram a serviços de apoio a vítimas porque não tinham conhecimento da sua existência, bem como não faziam ideia de que a violência doméstica é considerada crime público. Além disto, P4 acrescenta *“Fui à polícia e fui super maltratada, gozaram com a minha cara...”*

No que diz respeito às decisões tomadas nos serviços de apoio, P1 revela que *“Acabei por pedir o arquivamento do processo. (...) ele tem que cumprir umas horas de serviço comunitário. Eu na altura o que pensei foi que iria ter também o processo do menino [Processo de Promoção e Proteção de Menores] e assim iria ser mais um processo... e depois porque nos juntámos outra vez e depois voltámos a separar-nos...”* [P1]. Por outro lado, P5 e P6 prosseguiram com o processo em tribunal.

Nenhuma entrevistada continua numa relação com o agressor. No entanto, P4 continua a conviver com o seu ex-namorado, dado que são do mesmo grupo de amigos. *“Acabámos a relação... Mas tentar ajudá-lo também a resolver a situação dele, para ver se isto para também. “Somos amigos”, é estranho. Ele ainda tenta, várias vezes, sempre que estamos juntos tenta... Mas eu digo sempre que não.”* [P2]; por outro lado, P3, apesar de não conviver com o ex-namorado, ainda o costuma ver. *“Terminei a relação em 2011, quando entrei para a faculdade e ele perseguiu-me durante mais 2 ou 3 anos (...) Desde aí eu nunca mais andei em (nome da cidade) 100% descansada (...) nós realmente continuamos a frequentar um sítio comum, cada vez que eu o vejo, nós realmente continuamos a frequentar um sítio comum, cada vez que eu o vejo”.* P1 e P4 não mantêm qualquer contacto com os ex-companheiros. *“Acabámos por optar não por nos darmos agora, de todo, não haver conversas, não haver nada”* [P1]; *“Não existe qualquer relação entre nós. Porque depois disto, quando eu o tentei largar foi todo um filme, foi perseguição, foi um filme de terror... Ele aterrorizava-me.”* [P4]; Já P5 e P6 revelam que ainda continuam a ser violentadas pelos ex-cônjuges. *“Ele continua...Foi condenado, veio agora o acordo do Tribunal da Relação (...) foi condenado com menos de 5 anos, uma pena quanto a mim que foi muito mínima para os danos que ele fez (...) Perdi o meu emprego porque depois comecei a faltar. O pai dos meus filhos, como sabia que eu tinha apresentado queixa, começou a perseguir as crianças na escola, houve ali um desequilíbrio total (...) Porque até despesas [dos filhos] ele continua...”* [P5]; *“Então ele continua a violentar-me através das crianças. Agora as coisas desde há umas semanas para casa estão melhores, eu saí de casa em março de 2021, aluguei o apartamento (...) em abril do ano passado e desde então há ciclos em que ele usa as crianças e as crianças violentam-me e violentam-se a si mesmas, isto é, eles replicam aquilo em que conviveram.”* [P6]

À exceção de P1, todas as outras entrevistadas afirmaram que consideram que, futuramente, se sentem capazes de denunciar eventuais episódios de violência. No entanto, P3 chama a atenção para o facto de *“mesmo depois de ter passado por esta experiência, e outras, e ter o trabalho que tenho ainda demoro algum tempo a aperceber-me de certas coisas estão a acontecer”.* P1 direciona o assunto para outro caminho - *“Eu nunca tive medo de denunciar, isto foi para a frente porque eu denunciei. A questão é que a esperança que nós temos, no momento em que estamos a denunciar, que vai haver ajuda... Eu hoje tenho a realidade que não há ajuda”* [P1]. P3 afirma que

“mesmo depois de ter passado por esta experiência, e outras, e ter o trabalho que tenho ainda demorou algum tempo a aperceber-me de certas coisas estão a acontecer (...)”; P5 indica *“Quando nós vamos à polícia parece que nós é que praticamos a agressão (...), depois quando finalmente chegamos a julgamento... é isto, eles adiam, adiam, ver se a coisa prescreve”*. P6 vai mais longe e afirma que *“Ainda na semana passada o fiz. Da minha vizinha debaixo, idosa, que vive com o filho, que a maltrata”*.

Foram descritos vários sentimentos negativos experienciados durante o processo de violência, por parte das entrevistadas. Relacionados com a solidão, o medo, a revolta, a inutilidade, o desespero, a impotência, respostas de congelamento e até com reações físicas. *“Sentia-me sozinha e que não tinha uma família à altura que me pudesse ajudar.”* [P1]; *“Eu desligava completamente, saía do meu corpo. Havia duas fases: na violência sexual, eu saía do meu corpo e focava-me em coisas tipo “o que é que eu tenho para fazer hoje?”; quando era violência física eu congelava; já a verbal eu escalava porque era uma necessidade de me defender e de tentar levantar a voz para ver se passava.”* [P2]; *“Sentia muita revolta... porque eu também tinha muita tendência a reagir (...) Ficava com medo, ficava aterrorizada, mas, ao mesmo tempo, com raiva, ficava violenta também...”* [P4]; *“Eu não parei ainda de ser... Não sei se consigo lhe responder a isso... Nem sei se algum dia vou conseguir responder...”* [P5]; *“Sentia-me um pedaço de esterco... E sentia-me impotente... E sentia-me culpada... E sentia-me paralisada... Eu tinha momentos que até ficava surda, deixava de ouvir. Sabe o que é entrar num auto desespero tal que... é uma coisa estranhíssima... Em que ele fazia-me sentir tão mal, tão mal, tão mal que eu deixava de ouvir... está a ver quando a gente está debaixo de água? Uma coisa física estranhíssima, eu nem conseguia chorar...”* [P6].

Relativamente ao que as entrevistadas sentem, atualmente, ao refletir sobre a relação abusiva passada são salientados sentimentos como solidão, mágoa, ressentimento, culpa, raiva, frieza e desconfiança. *“Sinto-me sozinha”* [P1]; *“Eu não me orgulho nada de ter exercido também violência (...) Foi muito complicado admitir isso porque passei muito tempo a pensar que era só vítima, e eu não fui só vítima. Não me reconheço (...) sei quem é aquela pessoa, não sei como é que cheguei ali, como é que desisti de tantas partes de mim. Sinto alguma mágoa e ressentimento, mas aprendi muito.”* [P2]; *“Às vezes tenho assim uns momentos de demonstração de frustração e de dor (...) Já mostrei assim mais raiva perante a situação (...) Há dias em que sinto que não foi feita justiça e sinto-me culpada, apesar de depois ter aquele discurso interno que “então, mas tu na altura não sabias quais é que eram os teus direitos. Então sinto estas três coisas: ou frieza perante a situação, ou raiva, ou justificar-me porque, realmente, coitadinha de mim, era uma miúda na altura...”* [P3]; *“Não penso muito, parece que já está lá para trás. Penso é na forma como eu também me tornei muito desconfiada com homens”* [P4]; *“Olhe, eu sou sempre uma pessoa positiva... Mas deixei de confiar nas pessoas”* [P5]; *“Então eu agora estou a fazer terapia,*

que interrompi, com uma psicóloga (...) e ela é que me tem ajudado a não me sentir culpada... A minha vida está um horror... engordei para aí uns 10kg (...). Porque a minha vida ainda está naquele limbo... estou assim num limbo, no suspenso. Agora estou mergulhada na culpa, na santa culpa cristã do patriarcado.” [P6]

Todas as entrevistadas indicaram que sentiam uma alteração na sua forma de ser/estar após todo o processo de violência. P1 indicou que *“Há um crescimento... e nós detetamos mais facilmente círculos comportamentais viciosos. Foi uma das coisas que quase que me fez perder feitiço e pensar “tenho mesmo que me separar”.* [P1]; Por sua vez P2 manifesta que *“Já não consigo ouvir berros. Eu não consigo... Eu dantes, se calhar até conseguia, mas agora não (...), tudo o que envolva atividade sexual tem que haver consentimento, tenho que ter a certeza de que estou ali (...) porque chegou a um ponto que era tudo automático, eu ir contra a minha vontade com medo de repercussões (...), se eu não estiver para fazer e se esta pessoa não aceitar isto, essa pessoa não me está a respeitar. É um conjunto de valores, limites e respeito... e não desistir de quem eu sou. Não me anular, não me apagar em prol de outra.”* [P2]; P3 menciona que *“A alteração da minha forma de estar nas minhas relações íntimas ou de amizade também teve a ver com o facto de eu ter sido vítima de bullying quando era criança, portanto (...) Mas sim, tornei-me muito mais exigente, tornei-me mais seletiva nos meus relacionamentos (...), comecei a ter a ter mais atitudes de auto-preservação, de não me abrir tanto, de testar primeiro as águas, não confio assim tanto nas pessoas até elas me provarem que posso confiar nelas (...), evito muito mais situações de risco...”* [P3]; P4 informa que *“De alguma forma sinto necessidade sempre de ficar por cima, nas situações... Eu noto que isso alterou a forma como eu lido com as outras pessoas ao nível do equilíbrio do poder. Fiquei mais assertiva (...) antes era muito medrosa, não falava muito, tinha medo de abrir a boca, muito timidazinha, tornei uma pessoa mais forte, é isso.”* [P4]; P5 refere que *“Deixei de confiar nas pessoas. Porque era uma das coisas que eu tinha, era muito bom, eu confiava na maioria das pessoas, e agora confio numa minoria.”* [P5]. Por fim, P6 revela que *“Não estou bem mas sinto-me dona de mim e sinto-me empoderada. Claro que isto funciona em contraponto com o sentimento de culpa e de frustração e de entender como é que eu aguentei tanto tempo (...) Culpo-me, chamo-me burra. Sinto-me violentada pelo estado, eu sinto-me violentada pela justiça, eu continuo a sentir-me muito violentada. Também estou muito carente (...), muito isolada. A minha vida é trabalhar e estar com as crianças. Assim uma vida muito ativa e muito social, tanto ao nível pessoal como profissional.”* [P6].

Todas as entrevistadas revelarem terem em mente um plano para o seu projeto de vida, P1, P2, P4, P5 e P6 indicaram ter algumas ambições para a sua vida futura, tanto a nível pessoal, como profissional. Como por exemplo: *“continuar os estudos, quero seguir uma carreira (...) quero tirar o meu filho do colégio”* [P1]; *“Estou num trabalho fantástico, estou a pensar em comprar carro, comprar casa, eventualmente, ter filhos”* [P2]; *“A nível profissional basicamente é*

continuar a evoluir, fazer formações, especializações” [P3]; “Continuar a trabalhar na área das migrações, o meu sonho até era construir uma comunidade no meio rural, que também fosse uma comunidade de acolhimento para pessoas migrantes” [P4]; “Eu sonho continuar a trabalhar na minha área, que os meus filhos tenham o curso deles, que sejam felizes (...) e fazer voluntariado internacional.” [P5]; “Arranjar um emprego para recomeçar a minha vida (...) o meu plano é ficar em Portugal até o meu filho mais velho ir para a universidade e depois disso voltar para o [país onde viveu]” [P6]. No entanto, P3 indicou que ao nível dos projetos a nível pessoal “Não é que eu não tenha projetos de vida, agora, assim coisas objetivamente concretizadas na minha cabeça? Não, não tenho. Há momentos que é porque sinto que não vale a pena, há momentos que é porque sinto que não consigo. Em geral é porque eu vivo um bocado com humor ligeiramente depressivo (...) Custa-me muito construir a minha vida pessoal e social”.

Compreensão da violência doméstica

A definição de violência doméstica, o porquê desta ocorrer e a violência doméstica como forma de violência contra a mulher são tópicos analisados nesta terceira e última dimensão.

P1 entende que a violência doméstica é “*um rompimento do respeito, da confiança numa relação*”. Por sua vez, P2 considera “*todo o ato de diminuição da pessoa e manipulação da pessoa através de força verbal, emocional ou invasão de privacidade; falta de igualdade, acentuar isso, controlar... há diversas formas de violência, mas sobretudo diminuir e violentar a pessoa... e violência da privacidade e violência dos limites da outra pessoa.*”. Já P3 relata que “*A lei... eu não acho que seja suficientemente boa para abranger todos os casos de violência nas relações de intimidade (...). A violência doméstica, juridicamente falando, é mais do que violência entre marido e mulher ou mulher-mulher ou homem-homem, é mais do que a violência entre pessoas casadas ou unidas de facto. (...) é a perpetuação de atos violentos, com uma intenção de magoar, ou limitar, ou afetar de alguma forma a vida da outra pessoa, seja de natureza física, psicológica, económica, sexual (...). Exercer poder são conceitos muito importantes para a definição daquilo que é a violência doméstica, que se trata sempre de exercer poder sobre uma pessoa à qual nós devemos especial respeito por causa da natureza da relação que temos com ela*”. P4 define violência doméstica como “*a violência que acontece em relações de intimidade (...), é aquela violência que envolve algum tipo de relação afetiva, com alguém... e que não tem que ser entre pessoas que vivem na mesma casa, pode ser simplesmente pessoas que são íntimas, e até mesmo entre pessoas que são amigas.*”

Por seu turno, P5 classifica-a como “*Uma forma de violação, afronto à nossa dignidade, sendo que o melhor da violência doméstica é a agressão física, todo o resto é pior. Agora imagine, não é?*”. Por último, P6 apresenta que “*A violência doméstica é tudo o que ocorre dentro das quatro*

paredes, ou dentro de um carro, ou dentro de um elevador... por aquelas pessoas com quem a gente vive.”.

P3 e P4 associam à violência doméstica conceitos todos eles inseridos na mesma linha de pensamento: organização patriarcal, hierarquia, desigualdade de papéis e relações de poder. *“Tem muito a ver com a organização patriarcal e capitalista da sociedade, tem a ver com os papéis de género e também qual o papel da mulher, e estou a falar da mulher porque a maior parte das vítimas são mulheres, na sociedade e dentro da família porque a família é assim um sistema representativo do resto da sociedade. E depois, a questão patriarcal também é muito importante para termos em conta a violência de progenitores ou dos cuidadores contra as crianças porque as crianças acabam por ter um papel muito secundário numa família, porque a família está organizada de forma hierárquica.”* [P3]; *“Porque existe desigualdade entre homens e mulheres... e não só entre homens e mulheres, porque existem hierarquias de poder. Porque existem relações de poder, porque realmente a violência doméstica é o espelho de um problema estrutural que é muito maior e que deriva da organização patriarcal da sociedade, e que é reforçada ainda pelos sistemas de opressão, como o racismo, a xenofobia e também o capitalismo...”* [P4]. A questão da normalização da violência também é referida por P2 *“Quando tu recebes violência e não a resolves, não a desconstróis, exerces noutra pessoa, é um ciclo de opressão também. E é uma normalização disso tudo e, em alguns casos, confundir isso com amor... Se eu estou a berrar contigo ou se eu te estou a bater é porque gosto de ti, porque interiorizaram isso”.* Não obstante, P1 refere que a ocorrência violência doméstica está associada às dificuldades na vida das pessoas, às inseguranças, ao ciúme e porque *“hoje me dia (...) não se prepara os jovens para uma vida adulta. As pessoas não estão preparadas para a vida, a vida não é fácil”.* Por outro lado, P5 afirma que a violência doméstica existe porque *“a nossa justiça não funciona”.* Por último, P5 indica que esta problemática ocorre porque *“Porque não existem relações construídas com base no respeito mútuo (...) não existe amor se não houver respeito”.*

Todas as entrevistadas, à exceção de P1, estão convictas que a probabilidade de sofrer de violência doméstica é maior sendo-se mulher, referindo conceitos como papéis de género, patriarcado e feminismo. *“Sim porque isso com os papéis de género, na verdade. E as mulheres têm mais preponderância... Os papéis de género metem se calhar a mulher como “tens que aguentar, tens que ficar calada, tens que apoiar aquela pessoa a nível emocional, tens que quase cuidar e aguentar tudo aquilo que te é dito porque esse é o teu papel - o bem-estar daquela pessoa que está contigo”.* Enquanto ao homem é mais a masculinidade tóxica (...) *E pelo facto de muitas das mulheres estarem dependentes, porque nós não temos o mesmo salário, não temos as mesmas capacidades, não temos as mesmas oportunidades...”* [P2]; *“Sim, sei factualmente, que por ser mulher tenho mais probabilidade de sofrer de violência doméstica. Eu sou assumidamente feminista e é uma das coisas que eu acho fundamental comunicar em todos os meus*

relacionamentos sociais. Acho que isso perante um potencial parceiro é um perigo porque não é porque eu sou feminista que eu vou escolher determinados parceiros, continuo a ser uma pessoa que tem os seus gostos ou as suas fases em que, pronto, tendo em me envolver com um determinado tipo de homens. E acho que o facto de eu ser assumidamente feminista e assumir um papel mais ativo dentro de um relacionamento íntimo faz com que eu seja uma pessoa que mais facilmente vai sofrer de violência, agora, por outro lado, também faz com que eu seja uma pessoa que à primeira porcaria que me façam é a primeira e a última.” [P3]; “Historicamente as mulheres têm sido oprimidas, e tendo em conta que nós só podemos votar neste país há pouquíssimo tempo... Ainda vai demorar, há um grande percurso a fazer. Mas sim, nós mulheres estamos muito mais sujeitas e estamos numa situação de maior vulnerabilidade a essas situações.” [P4].; “Historicamente as mulheres têm sido oprimidas, e tendo em conta que nós só podemos votar neste país há pouquíssimo tempo... Ainda vai demorar, há um grande percurso a fazer. Mas sim, nós mulheres estamos muito mais sujeitas e estamos numa situação de maior vulnerabilidade a essas situações.” [P4]; “Sim, sem dúvida. Por causa do patriarcado. Porque a força do patriarcado está muito entranhada e Portugal é um país (...), por causa da sua recente história do regime fascista acaba por ter raízes muito mais profundas do que se calhar a Escandinávia, por exemplo.” [P6]; P5 fala numa perspetiva associada a lugares de poder “no meu caso (...) o pai dos meus filhos torturou, massacrou, fez tudo o que lhe apeteceu, ameaçou e é um senhor que a pena lhe foi aplicada porque era bem visto na sociedade.” [P5]. Finalmente, P1 indica que “hoje em dia há das duas formas. Eu tenho visto, como vítima de violência doméstica, que também há muitos homens vítimas de violência doméstica. Porque se uma mulher for queixar-se é socorrida e “coitada da senhora”, mas também há muitos homens que sofrem de violência (...) eu acho que é qb, não é por ser mulher ou no feminismo. Acho que há nas duas partes”.

Discussão a partir dos dados

Ao analisar-se a presença de violência na infância/adolescência, seja de forma direta ou indireta, revelou-se que a grande maioria das entrevistadas teve contacto com episódios de violência na infância e/ou teve um progenitor ausente (considerando o abandono na infância como a primeira forma de violência). Foram descritos pormenores que apontam para a naturalização e ciclo da violência, a educação conservadora e patriarcado como estando na origem desta violência. Para além disto, foram relatadas particularidades relativas às famílias de origem como sejam, a existência de psicopatologia, alcoolismo, toxicod dependência, estilo parental negligente e ausência de um dos progenitores (pai).

Uma das participantes refere a ausência do pai como estando associada a uma experiência própria de violência decorrente desse abandono, enquanto, quase nos antípodas desta impressão, podemos

considerar a fala de uma outra participante que referia a importância do casamento que dura toda a vida como prova da não experiência de violência na família (quando, na verdade, também deixa intuir que a relação paterna não seria isenta de algum conflito).

Das seis entrevistadas, quatro referem violência na família de origem, estes dados remetem-nos para o trabalho de Patias e Dell'Aglio (2017).

No que se refere à relação abusiva, as entrevistadas caracterizaram o início do relacionamento como “normal”, “paixão louca”, “muito intenso”, “mágico” e que ambos se viam “como almas gêmeas”. Segundo as suas descrições, nem todas presenciaram/foram sujeitas a todos os tipos de violência física, no entanto, a violência psicológica esteve presente na relação de todas. A maioria das entrevistadas considera que a frequência e a severidade dos episódios violentos foram aumentando, sendo que algumas destas mulheres indicaram que o seu ex-namorado/ex-companheiro violentou pessoas próximas de si.

No que diz respeito à formalização da queixa, as mulheres que não a realizaram indicam que foi devido à desinformação e devido a uma experiência negativa anterior com um profissional de autoridade. Já as que realizaram queixa consideram que o que as motivou foi a violência se estender para o(s) filho(s), amigos e/ou namorado no momento atual, a gravidade da violência aumentar e/ou para “assustar o agressor”. Ainda, todas as entrevistadas expressaram ter capacidade para, no futuro, denunciar eventuais expressões de abuso.

Como motivos da permanência na relação abusiva foram apontados o gostar do agressor, os filhos, o animal de estimação, dependência emocional, isolamento e manipulação por parte do agressor. As entrevistadas que recorreram a serviços de apoio a vítimas procuravam apoio jurídico e/ou psicológico, já as mulheres que não recorreram a este tipo de serviço indicam que, na altura, não tinham conhecimento da sua existência. Na altura em que eram violentadas estas mulheres indicaram sentir uma sensação de solidão, medo, revolta, inutilidade, desespero, impotência, respostas de congelamento e até reações físicas.

Para além do referido anteriormente, as entrevistadas revelaram que, hoje em dia, quando pensam nos episódios de violência sentem solidão, mágoa e culpa. Para além disto, revelam que mudaram a sua forma de ser/estar, nomeadamente, indicam que deixaram de confiar nas pessoas, falam em crescimento pessoal, empoderamento, tornaram-se mais exigentes e mais assertivas.

Expressões como “afronto à dignidade”, rompimento das bases da relação (confiança e respeito), diminuição da pessoa, falta de igualdade, perpetração de atos violentos com o objetivo de magoar o outro e exercer poder foram indicadas como descritivas da violência doméstica. Por sua vez, os motivos para a existência de violência doméstica expostos por estas foram: inseguranças, ciúmes, incompetência da justiça, papéis de género, desigualdade entre homem e mulher, organização patriarcal e capitalista da sociedade e relações construídas sem respeito mútuo. Por estas razões,

a maioria das entrevistadas considera que por ser mulher existe uma maior probabilidade de ser vítima de violência.

Importa referir que todas as mulheres têm planos para a sua vida a nível profissional e, apenas uma não consegue identificar ambições a nível pessoal. Ainda que seja apenas uma das participantes a mostrar algum desalento ou falta de integração entre os domínios da vida em relação ao futuro, importará trabalhar junto de todas para que, como deseja hooks (2020), todas as mulheres, “sobre-vivam” às experiências de opressão anteriores e vivam então, depois delas, plenamente reconstruídas.

IV. Conclusão

A discussão, no ponto anterior, resulta de um esforço de combinação dos temas centrais (ou categorias conforme tabela 2) que ilustra um desequilíbrio entre o tempo e a relevância bem distinta entre passado, presente e futuro (ou compreensão da própria circunstância). O que desejaríamos que pudesse resultar dos esforços conjugados entre organismos, organizações, conhecimento produzido, intervenção com vítimas e mudança social era que, esta tabela se alterasse radicalmente, isto é, para todas as pessoas, que o passado fosse recordado livre de experiências de violência, o presente isento dessa realidade e a compreensão de modos de relação assentasse no respeito mútuo.

A presente investigação procurou aceder às narrativas de mulheres vítimas de violência conjugal para compreender a sua perceção acerca da violência vivenciada na sua relação abusiva. Com este estudo pretendeu-se enriquecer o conhecimento da temática da violência doméstica, para que no futuro se possa intervir e atuar de uma melhor forma junto das vítimas.

Segundo Blumer (1986), os humanos reagem perante as coisas e lidam com outros humanos, tendo em consideração os significados e sentidos que lhe atribuem. O sentido das coisas ou significados manifesta-se através das interações sociais dos indivíduos com os seus pares, ou seja, são manipulados pelo processo de interpretação de cada pessoa, ao lidar com situações e/ou pessoas. Neste sentido, os significados/crenças/estereótipos podem ter um papel decisivo na permanência da relação abusiva e da permanência na relação abusiva.

Uma limitação deste estudo refere-se ao facto dos resultados obtidos se centrarem na violência inserida em relacionamentos afetivos, porém existem outros contextos, em que a mulher é vítima de violência, que poderão ser alvo de investigações. A investigação poderá tornar-se fundamental para sensibilização e compreensão do conceito “violência contra a mulher”, ainda que esta questão extravase o foco do problema que estudámos.

Outra limitação é o facto desta investigação se centrar apenas nos relacionamentos abusivos heterossexuais, no entanto, existem outros tipos de relações passíveis de serem estudadas, nomeadamente, as não-monogâmicas, todas as outras configurações não hétero-normativas; entre outras.

Em Portugal, os estudos em psicologia no âmbito da violência doméstica parecem-nos ser poucos, sendo a sua grande maioria no âmbito da Sociologia, Direito, Criminologia e Serviço Social. Por isso, é fundamental que, em Psicologia especialmente na área do Aconselhamento, se investigue mais recorrentemente acerca deste tema.

Tendo em conta o descrito, pode-se concluir que existe a urgência de uma intervenção multidisciplinar sustentada, isto é, a subjetividade e complexidade do problema exige que os profissionais recorram a estratégias de múltiplos níveis, atendendo à complexidade das causas e visando novas e efetivas soluções. Neste sentido, é crucial intervir na desconstrução de crenças, através de ações de sensibilização, por exemplo na comunidade, nas escolas, na comunicação social, na formação inicial (e contínua) em diversas áreas profissionais. Atuar na prevenção significa combater a violência na sua raiz e em toda a dimensão das suas causas, procurando desenvolver estratégias conducentes a uma sociedade assente na igualdade e livre de discriminação e violência.

Para que seja possível realizar um combate eficaz relativo à prevenção da violência é importante investir na prestação de um apoio personalizado e qualificado a todas as vítimas de violência doméstica, bem como uma sociedade mais consciente e informada. Este apoio especializado contribui para que as vítimas (e pessoas, no geral) tenham a informação adequada sobre os seus direitos e a forma como os podem exercer, levando a que, em muitos casos, o ciclo de violência seja quebrado e em muitos outros possam ser precocemente identificados os sinais de alerta.

Compreendemos, com o trabalho para esta dissertação (as diversas leituras e a investigação realizada) que apesar de podermos reconhecer que a informação em torno desta matéria existe e está disseminada, as marcas culturais enraizadas estão na origem de muitos destes problemas.

Em suma, importa referir que este trabalho só foi possível devido ao contacto direto com as vítimas de violência doméstica. Estas mulheres disponibilizaram-se e tiveram a coragem de partilhar as suas histórias de vida, dado que consideraram que o seu caso, aliado a outros relatos de outras vítimas, poderia vir a contribuir para o processo coletivo urgente que visa desmistificar o tema e interromper os ciclos de violência.

V. Referência Bibliográficas

Ackerly, B. (2009). Feminist Theory, global gender justice, and the evaluation of Grant-Marking. *Philosophical Topics*, 37(2), 1-25.

Aguiar, N. (2000). Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. *Sociedade e estado*, 15, 303-330.

Albano, M., & Silva, M. (2016). *Violência doméstica: caracterização do fenómeno e respostas aptas à sua erradicação* – CIG. P. Guerra, & L. Gago (Coords.), Violência

Alberdi, I. & Matas, N. (2002). *La violencia domestica. Informe sobre los malos tratos en España*. Barcelona: Fundación “La Caixa”.

American Psychiatric Association. (2014). *DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. Artmed Editora.

Arruzza, C. (2015). Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Revista Outubro*, 23 (01).

Associação de Mulheres contra a Violência (2013). *Avaliação e gestão de risco - Manual*

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2000). *ESTATÍSTICAS APAV VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA 2000*. Consultado em: Maio 2022. Disponível em: https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/APAV_totais_nacionais_2000.pdf

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2012). *ESTATÍSTICAS APAV VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA 2013-2017*. Consultado em: Maio 2022. Disponível em: https://apav.pt/apav_v3/index.php/pt/1878-estatisticas-apav-vitimas-de-violencia-domestica-2013-2017

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2021). *ESTATÍSTICAS APAV VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA 2021*. Consultado em: Maio 2022. Disponível em: https://apav.pt/apav_v3/images/press/Relatorio_Anual_2021.pdf

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV]. (2010). *Manual Alcipe – Para o atendimento de mulheres vítimas de violência* (2ª ed.). APAV.

Beer, D. (1992). *Guidelines for Interviewing Children*. In: J. Garbarino, F. Stott and Faculty of the Erikson Institute (Eds.). *What Children can Tell Us. Eliciting, Interpreting, and Evaluating Critical Information from Children* (pp.170-202). San Francisco: Jossey- Bass Publishers

Blumer (1986). *Symbolic interactionism: Perspective and method*. Berkeley: University of California Press. Disponível na biblioteca da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

Borges, A. (2018). As mulheres na igreja e na sociedade. *Diário de Notícias*, 9.fevereiro. 2018, acessado em: <https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/anselmo-borges/as-mulheres-na-igreja-e-na-sociedade-9107693.html>

Bottos, S. (2007). *Women and Violence: Theory, Risk, and Treatment Implications*. Research Branch. Correctional Service Canada.

Braun, V. & Clarke, V. (2006) Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3 (2). pp. 77-101. ISSN 1478-0887 Disponível em: <http://eprints.uwe.ac.uk/11735>

Brauner, M. C. C., & Carlos, P. P. de. (2004). A violência intrafamiliar sob a perspectiva dos Direitos Humanos. In G. Maluschke, J. S. N. F. Bucher-Maluschke & K. Hermanns (Org.), *Direitos humanos e violência: Desafios da ciência e da prática*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer.

Breiding M. J., Basile, K.C., Smith, S.G., Black, M.C., & Mahendra, R.R. (2015). *Intimate Partner Violence Surveillance: Uniform Definitions and Recommended Data Elements, Version 2.0*. Disponível em <https://www.cdc.gov/violenceprevention/pdf/ipv/intimatepartnerviolence.pdf>

Butler, J. (2017). *Problemas de Género*. (Trad. Nuno Quintas). Lisboa. Orfeu Negro

Butler, J. (2020). *A Força da Não-Violência*. (Trad. Hugo Barros). Lisboa. Edições 70.

Camus, A. (1942/2004). *O Mito de Sísifo*. (Trad. Urbano Tavares Rodrigues). Porto. Livros do Brasil.

Casique, L., C. & Furegato, A., R., F. (2006). VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: REFLEXÕES TEÓRICAS. *Rev Latino-am Enfermagem*, 14(6).

Centro de Estudos Judiciários (2016). *Violência Doméstica: Implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenómeno. Manual Pluridisciplinar (20-67)*

Código Penal Português. Lei nº 112/2009, de 16 de setembro. Disponível em: https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1138&tabela=leis

Corey, G. (2017). Feminist Therapy. In G. Corey, Theory and practice of group counseling (10th ed, pp. 337-366). Cengage Learning, Inc.

Corey, G. (2017). Person-centered therapy. In G. Corey, Theory and practice of group counseling (10th ed, pp. 163-195). Cengage Learning, Inc.

Crawford, M., & Unger, R. (2004). Women and Gender: A feminist psychology. (4th Ed.). NY. McGraw-Hill.

Dias, I. (2018). Violência Doméstica e de Género: Paradigmas e Debates Atuais. In I. Dias (Ed.), *Violência doméstica e de género: Uma abordagem multidisciplinar* (pp. 1 – 28). Factor.

Diniz, G. R. S., & Angelim, F. P. (2003). Violência doméstica. *Revista de Psicologia da UNESP*, 2(1)

Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça (2021). Crimes registados pelas polícias: total e por algumas categorias de crime. PORDATA - Estatísticas, gráficos e indicadores de Municípios, Portugal. Disponível em <https://www.pordata.pt/Municipios/Crimes+registados+pelas+pol%C3%ADcias+total+e+por+algumas+categorias+de+crime-600> . Acedido em julho de 2022.

Domestic Abuse Intervention Programs (2017). Acedido em: 7 de janeiro de 2021 em <https://www.theduluthmodel.org/what-is-the-duluth-model/>

Dutton, D. G. (1995). *The domestic assault of women: Psychological and criminal justice perspectives*. UBC press.

Ellison, C.G., Bartkowski, J.P., Anderson, K. L. (1999) Are there religious variations in Domestic Violence? *Journal of Family Issues*. 20(1), 87-113.

- Fernandes, E. M. & Maia, A. (2001). Grounded Theory. In E. M. Fernandes & L. S. Almeida (Eds), *Métodos e Técnicas de Avaliação: Contributos*
- Forghieri, Y. C. (2007). O aconselhamento terapêutico na atualidade. *Revista da Abordagem Gestáltica*. 13(1), 125-133.
- Frankl, V. (1967/1985). *Psychotherapy and Existencialism: Selected papers on Logotherapy*. NY. Simon and Schuster.
- Gebara, I., Gesché, A., & Orth, L. M. E. (2000). *Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal*. Editora Vozes.
- Goffman, E. (1959/1993). *A apresentação do eu na vida quotidiana* (Trad.: Miguel Serras Pereira). Lisboa. Relógio d'Água
- Hamby, S. (2000). The Importance of Community in a Feminist Analysis of Domestic Violence among American Indians. *American Journal of Community Psychology*, 28 (5), 649-669.
- hooks, b. (2020). *Teoria Feminista: Da Margem ao Centro*. (Trad. Helena Silveira). Lisboa. Orfeu Negro.
- Lopes, M. A. (2017), “Estereótipos de "a mulher" em Portugal dos séculos XVI a XIX (um roteiro)”: M. A. ROSSI (a cura di) (2017), *Donne, Cultura e Società nel panorama lusitano e internazionale (secoli XVI-XXI)*. Viterbo, Sette Città, 27-44.
- Magalhães, M. & Tavares, M. (2018). Os Contributos dos Femininos na Luta Contra Violência Sobre as Mulheres. In I. Dias (Ed.), *Violência doméstica e de género: Uma abordagem multidisciplinar* (pp. 157 – 174). Pactor.
- Magalhães, T. (2010). *Violência e Abuso – Respostas Simples para Questões Complexas*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Manita, C., Ribeiro, C., & Peixoto, C. (2009). *Violência Doméstica: compreender para intervir. Guia de Boas Práticas para Profissionais de Instituições de Apoio a Vítimas*. Coleção Violência de Género, vol. 2. Lisboa: CIG.

Matos, M. (2002). Violência conjugal. C. Machado, & RA Gonçalves (Coords.), *Violência e vítimas de crimes*, 1, 81-130.

Matos, M. A. V. (2006). *Violência nas relações de intimidade: Estudo sobre a mudança psicoterapêutica na mulher* (Doctoral dissertation, Universidade do Minho (Portugal)).

Morgante, M. M., & Nader, M. B. (2014). O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. *Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH*.

Murrell, A. R., Christoff, K. A., & Henning, K. R. (2007). Characteristics of domestic violence offenders: Associations with childhood exposure to violence. *Journal of family violence*, 22(7), 523-532.

Neves, S., & Nogueira, C. (2003). A psicologia feminista e a violência contra as mulheres na intimidade: a (re) construção dos espaços terapêuticos. *Psicologia & Sociedade*, 15, 43-64

Nogueira, C., Saavedra, L., & Neves, S. (2006). Critical (feminist) psychology in Portugal. Will it be possible?. *Annual Review of Critical Psychology*, 5, 136-147.

Nunes, J.A. (1993). Erving Goffman, a Análise de Quadros e a Sociologia da Vida Quotidiana. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 37, 33-49.

O'Hara, N. (2016). Natalie Rogers: Artist, Healer, Activist – 1927-2015. *Journal of Humanistic Psychology*, 56 (5).

Oliveira, M. S., & Sani, A. I. (2009). A intergeracionalidade da violência nas relações de namoro. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa. 162-170

Organização das Nações Unidas (1993). *Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher*.

Organização das Nações Unidas (2000). *Declaração do Milénio 2000*. Disponível em:

<http://unscr.com/en/resolutions/doc/1325>. Acedido em: 5 de abril de 2022

para profissionais.

Patias, N. D., & Dell'Aglio, D. D. (2017). Prevalência de exposição à violência direta e indireta: Um estudo com adolescentes de colégios públicos [Prevalence of the exposure to direct and indirect violence: A study with adolescents from public schools]. *Acta Colombiana de Psicología*, 20(1), 90–100. <https://doi.org/10.14718/ACP.2017.20.1.6>

Pence, E & Paymar, M. (1993). *Education Groups for Men Who Batter: The Duluth Model*. Springer Publishing Company

Pinto, M. R. & Santos L. L. S. (2012). A Grounded Theory como Abordagem Metodológica: relatos de uma experiência de campo. *Organizações & Sociedade*, 19 (62), 417-136.

Portugal, S. (2000). Globalização e Violência Doméstica. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 57/58, 231-258

Pournaghash-Tehrani, S. & Feizabadi, Z. (2009) Predictability of Physical and psychological Violence by Early Adverse Childhood Experiences. *J Fam Viol*, 24:417-422.

Presidência do Conselho de Ministros (2001). *I Plano nacional contra a violência doméstica*. Gabinete da Alta Comissária para as questões da igualdade e da família.

Resko, S. M., (2007). Intimate partner violence against women: exploring intersections of race, class and gender. Tese de doutoramento em Serviço Social. Graduate School of Ohio State University, Ohio, EUA. 325 pp

Rogers, C. (1985). *Tornar-se pessoa* (7ª ed.). Moraes Editores.

Rogers, N. (1993). *The Path to Wholeness: Person-Centered Expressive Arts Therapy*. Acessível em: <https://www.instituto8.org/wp-content/uploads/2019/03/The-Path-to-Wholeness-2.pdf>

Rogers, N., Tudor, K., Embleton, L., & Keemar, K. (2010). Person-centered expressive arts therapy: A theoretical encounter. *Person-Centered & Experiential Psychotherapies*, 11 (1), 31-47.

Ruback, R. B., & Thompson, M. P. (2001). *Social and psychological consequences of violent victimization*. Sage

Saffiotti, H. I. (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos pagu*, 115-136.

Scorsolini-Comin, F. (2014) Aconselhamento psicológico e psicoterapia: aproximações e distanciamentos. *Contextos Clínicos*. 7(1), 2-14.

Silva, L. L. D., Coelho, E. B. S., & Caponi, S. N. C. D. (2007). Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 11, 93-103.

Sommers-Flanagan, J. (2007). The Development and Evolution of Person-Centered Expressive Art Therapy: A conversation with Natalie Rogers. *Journal of Counseling & Development*, 85, 120-125.

Strauss, A. & Corbin, J. (1990). *Basics of Qualitative Research: Grounded Theory Procedures as Techniques*. Newbury Park: Sage Publications.

Vaquinhas, I. (2010). “Perigos da leitura no Feminino. Dos livros proibidos aos aconselhamentos (séculos XIX e XX)”. *Revista Ler História* 59: 83-99.

Wagner, A. (2005). *Como se perpetua a família? a transmissão dos modelos familiares*. Edipucrs.

Walker, L. E. (2009). *The battered woman syndrome* (3rd ed.). Springer Publishing Company.

Wengraf, T. (2001). *Qualitative Research Interviewing*. London, Sage Publications. XIX (um roteiro)”: M. A. ROSSI (a cura di) (2017), *Donne, Cultura e Società nel*

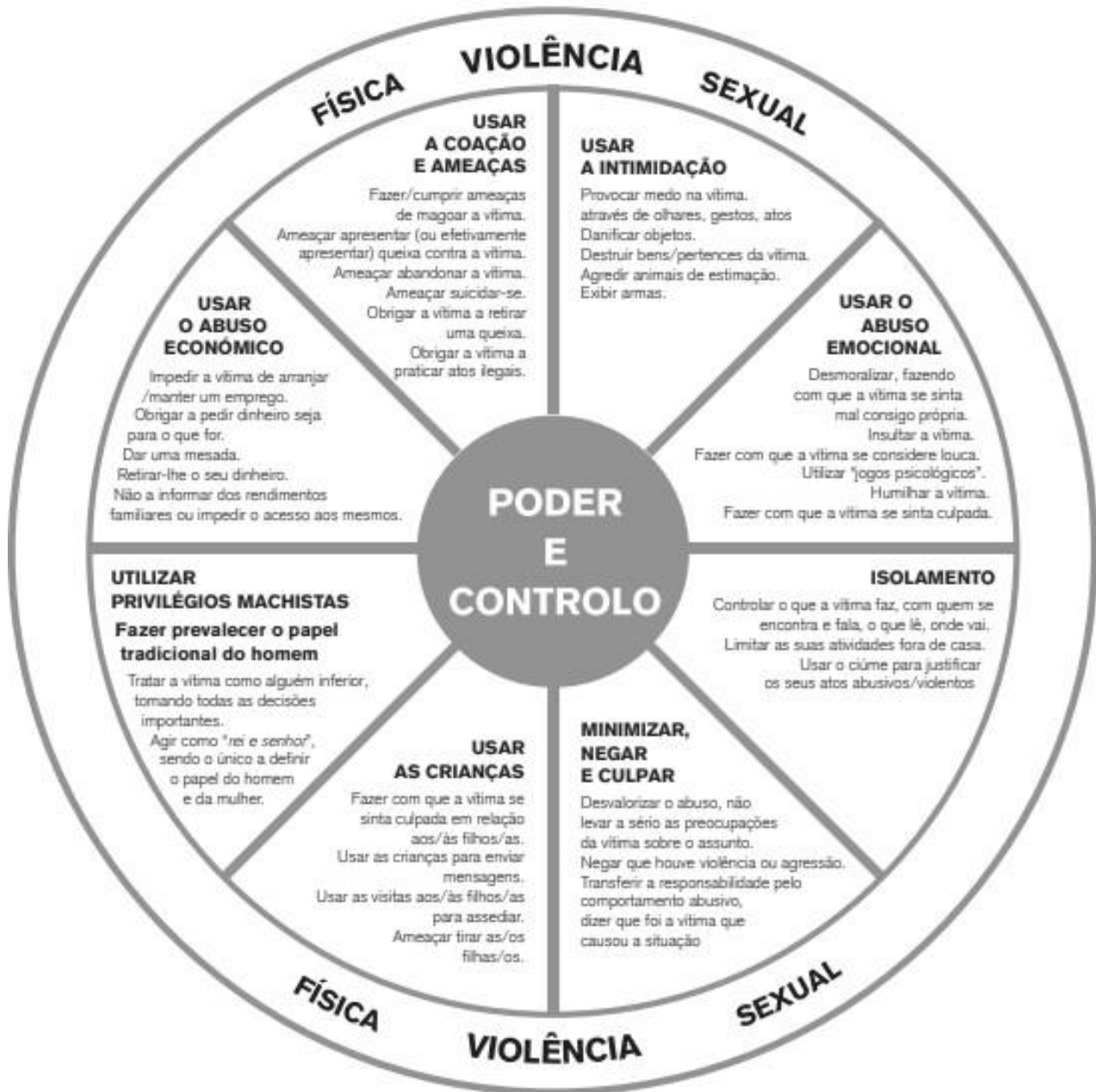
Comunicação Social:

TSF (2022). Este ano já morreram 13 mulheres vítimas de violência doméstica em Portugal. *Telefonia Sem Fios*. 7 de junho de 2022. <https://www.tsf.pt/portugal/sociedade/este-ano-ja-morreram-13-mulheres-vitimas-de-violencia-domestica-em-portugal-14921695.html>

DN (2021). Vinte e três mortes por violência doméstica em 2021 em Portugal. *Diário de Notícias*. 31 de janeiro de 2021. <https://www.dn.pt/sociedade/vinte-e-tres-mortes-por-violencia-domestica-em-2021-14545067.html>

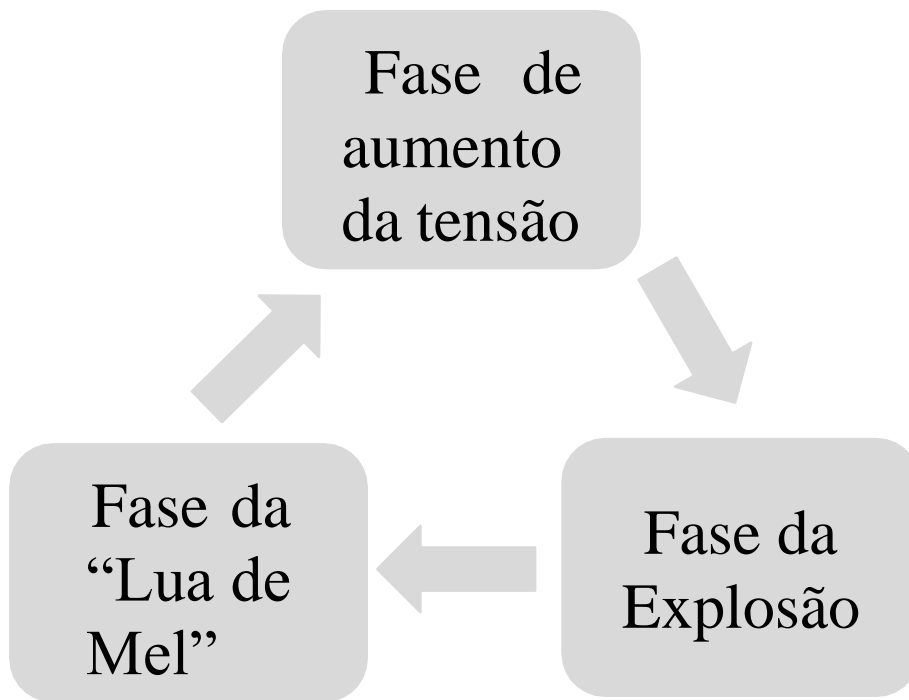
VI. Anexos

Anexo 1 – Roda do Poder e do Controlo Duluth (Pence & Paymar, 1993)



Obtido em: www.theduluthmodel.org/index.htm

Anexo 2 – Fases do Ciclo da Violência (Walker, 2009)





Declaração de Consentimento Informado
Dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação, Desenvolvimento e
Aconselhamento
Ano letivo 2021/2022

No âmbito de uma Dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação, Desenvolvimento e Aconselhamento, a decorrer na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, sob a orientação da Professora Doutora Maria Jorge Ferro, está a ser realizado um estudo acerca da perceção de vítimas mulheres em relação à violência doméstica vivenciada.

Para a realização desta investigação, é necessária a recolha de dados através da gravação de entrevistas semiestruturadas. Esta gravação será posteriormente ouvida **apenas** pelo estudante que se compromete a destruí-la após a realização da dissertação de mestrado.

A análise destes dados vai permitir uma melhor compreensão sobre a temática. Neste sentido, venho solicitar o seu consentimento na participação desta investigação.

A sua participação é totalmente **voluntária**, pode desistir a qualquer momento, sem que isso represente qualquer prejuízo para si e todos os dados recolhidos são para uso exclusivo do presente estudo, assim como toda a informação será **confidencial** e o **anonimato assegurado**.

Agradeço, desde já, a sua disponibilidade.

Por favor, leia com atenção a seguinte informação. Se achar que algo está incorreto ou que não está claro, não hesite em solicitar mais informações. Se concorda com a proposta que lhe foi feita, queira assinar este documento.

Eu, _____

declaro ter lido e compreendido este documento, bem como as informações verbais que me foram fornecidas pela pessoa que acima assina. Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste questionário sem qualquer tipo de consequências. Desta forma, aceito participar neste estudo e permito a utilização dos

dados que de forma voluntária forneço, confiando em que apenas serão utilizados para esta investigação e nas garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas.

Data: _____

(Assinatura)

Anexo 4 – Guião da entrevista

Guião Entrevista

Dados Sociodemográficos e Pessoais

Vou começar por fazer algumas questões sobre os seus dados sociodemográficos e pessoais.

Idade

Género

Estado Civil

Vive num meio rural ou urbano?

Escolaridade

Profissão

Agregado familiar (número de pessoas, relação de parentesco, idades...)

Tem alguma religião? Se sim qual?

Tem alguma orientação política? Qual?

Presença de violência no contexto familiar durante a infância e adolescência

Quando foi a primeira vez que sofreu algum tipo de violência? De que tipo? Vindo de quem (pai, mãe, irmão/irmã, tio/tia, etc)?

O que acha que estava na origem desses episódios de violência doméstica?

Tem alguma história de violência dentro da sua família de origem?

Relação com o agressor

Quando é que começou o relacionamento amoroso? (ano; contexto)

Quanto tempo durou o relacionamento amoroso?

Como caracteriza o início da sua relação (namoro) com o seu ex-companheiro?

Descrição das situações de violência perpetrada pelo companheiro/marido/namorado

Sente que os episódios de violência foram sempre parecidos ou foram-se alterando ao longo do tempo?

Da sua perspetiva, quais eram as causas das agressões?

Então, mas ele foi agressivo com mais alguém da sua família? Tem filhos...?

Formalizou uma queixa na polícia? Se sim, o que é que a motivou a fazê-lo? (Se não) o que é que a levou a não a fazer?

Permanência na relação abusiva

Consegue dizer-me a razão pela qual não terminou a relação no momento que se sentiu violentada? Pergunto isto porque há indicadores que nos permitem pensar que quando há uma situação, esta provavelmente não será isolada, ainda que muitas vezes as pessoas julguem que sim, foi o seu caso? e, tendo sido, depois do primeiro impacto, consegue lembrar-se do que a fez ficar na relação?

(Para além do GAV) Recorreu alguma vez a algum serviço de apoio a vítimas ou de outro tipo?

[Relativamente à questão anterior] Qual foi a razão para pedir apoio a primeira vez? O que pretendia com o apoio? Apoio emocional? Apoio jurídico?

[Relativamente à questão anterior] Que decisões tomou e por que razão? Nota: Por ex, levou o processo para a frente...

Neste momento, como está a situação?

Sente-se capaz de denunciar episódios de violência que possam voltar a acontecer?

Consequências da violência sofrida

Como se sentia/sente quando era violentada?

O que acha que mudou na sua forma de ser e estar desde que sofreu de violência?

Tem projetos de vida? Se sim, quais?

Compreensão da violência doméstica

O que é para si violência doméstica?

Porque acha que existe violência doméstica?

Sente que, pelo facto de ser mulher, há mais probabilidade de sofrer de violência doméstica? Porquê?

Questão Adicional

Acha relevante acrescentar mais alguma coisa?

Questões Imanentes

Esclarecer/clarificar situações decorrentes da entrevista que não estavam previstas

Anexo 5 – Exemplo de codificação aberta

	P2
Violência na infância e adolescência	Sim
Vinda de quem?	Irmão, mãe
Tipo de violência	Violência sexual (irmão); violência física e psicológica (mãe)
Motivo	"É um ciclo de violência (...) ele também tinha sido abusado. Houve uma deturpação (...) havia muita negligência à nossa volta"
Outros	Morte do pai (pai ausente); negligência emocional
Violência no seio familiar	Sim
Entre quem	Violência doméstica: "o meu pai batia na minha mãe , havia violência doméstica entre os meus pais"
Motivo	"Houve uma normalização da violência."
Outros	Alcoolismo (pai); toxic dependência (pai); psicopatologia (mãe)
Violência perpetrada pelo ex-namorado/ex-companheiro/ex-marido	
Ano/contexto de início	2009 / contexto escolar
Tempo de relacionamento	8 anos
Caracterização do início do relacionamento	" Muito intenso , eu também não tinha um pinga de autoestima, na verdade... Muito intenso, muita fantasia, muito lua-de-mel ... Parecia mesmo fantástico, na verdade. Muito dependente , co-dependente... Nós precisávamos muito um do outro e era muito mesclado nós os dois, um no outro. Tudo muito bonito ..."
Descrição de agressões	Discussões por causa do consumo de álcool exagerado que ele consumia que levavam a violência física; Ter relações sexuais obrigada, acabando a vítima por entrar em dissociação; Muito controle e diminuição da autoestima da vítima, acabando por a deixar vulnerável e controlável, considerando-a como "o centro de todos os males"

Motivo	<p>"A sexual porque ambos sofremos casos de abuso sexual infantil, eu fui vítima e ele foi vítima e agressor e eu acho que ele ficou muito preso nesse papel de agressor (...)</p> <p>Relativamente à violência física, era por causa do álcool, discussões por ele beber imenso porque o meu pai foi alcoólico e tenho assim alguns problemas relativamente a pessoas que bebem demasiado, ele ficava chateado (...) e virava físico. A violência emocional ainda hoje não faço ideia (...) acho que uma forma de ele manter ali a pessoa, de controlar... mas não sei bem."</p>
Tipo de violência	Violência física, psicológica e sexual
Episódios de violência ao longo do tempo	<p>"Inicialmente, quando estávamos na chamada lua-de-mel, nada acontecia (...), foi muito subtil, inicialmente, foi muito psicológico (...). Depois começou a aumentar, também havia muita droga e álcool à mistura, portanto à medida que não fomos bebendo foi aumentando mais. Começou a haver discussões muito frequentes, manipulações muito frequentes. Começou por ser psicológica, sexual e depois física e a intensidade foi aumentando."</p>
Violência alargada a familiares/amigos da vítima	<p>Não "Era tudo muito focado na namorada, é tudo muito escondido. Ele é muito cativante, ele é muito fascinante e todas as pessoas o adoram."</p>
Formalização da queixa	Não
Motivação	<p>"Primeiro eu nem sabia que era opção, segundo eu nem sabia que era um crime público. E como eu normalizei tanto ser alvo de violência e não falar, ficar calada, por causa da minha infância também, isso para mim nem era opção. Eu não queria... porque se fosse fazer queixa sabia que havia repercussões (...) e eu nem achava que aquilo era mau-trato, eu achava que aquilo era um amor muito intenso"</p>
Permanência na relação abusiva	<p>"A minha autoestima e o meu sentido de autovalorização estavam embaixo que achava mesmo que não vivia sem ele (...). Eu cheguei a pensar "se tu me deixas, eu mato-me, eu não sei o que vou fazer", eu prefiro viver violência quase todos os dias que ele me deixasse. Porque era insuportável, eu já me definia através dele, eu já não tinha identidade própria e não tinha amor próprio. E havia aquela dependência... Eu sabia que ia acontecer outra vez mas eu preferia que acontecesse outra vez do que ele me deixar, havia pontos que eu sabia que o tinha de deixar , principalmente quando havia violência mas depois alguma coisa acontecia de fantástica.... Ele conseguia ser a pessoa mais carinhosa e sedutora e eu não conseguia deixá-lo" (<i>fase lua de mel</i>)</p>

Serviços de Apoio a Vítimas	Não
Razão para pedir (ou não pedir) apoio	"Nem sequer sabia"
Decisões tomadas no serviço de apoio	-
Estado da situação atualmente	<p>"Acabámos a relação, foi muito difícil porque tive que me erguer completamente, na verdade. Perdi ali 8 anos de identidade também e de valorização. Está a ser um percurso, estou em psicoterapia para aí há 5/7 anos, já não sei bem, porque eu não sei bem que moldes entrei e como entrei, na verdade, estava assim tão mal... E estou a aprender limites, estou a aprender valorização... Mas consegui perceber o que são red flags, o que é que são green flags que acho que ainda é mais importante do que saber o que é que é mau, é saber o que é bom. E estou a tentar ganhar narrativa sobre o meu corpo, conectar-me com ele, porque houve muitos momentos de dissociação ao longo da relação, demasiados, aliás... Isto já tinha sido apreendido quando eu era mais nova, através da violência toda familiar, mesmo física, verbal... E entrei tantas vezes em dissociação que perdi contacto com tudo, então estou a tentar entrar outra vez nesse, nesse... e recuperar... e tentar não congelar face a atos de me levantarem a voz ou não entrar em vigilância constante e pronto e tentar ver aquela pessoa - eu - como uma pessoa que também sofreu violência, isto é um ciclo e isto é desculpável até certo ponto, obviamente. (PARA A PARTE DOS SENTIMENTOS ATUAIS) Mas tentar ajudá-lo também a resolver a situação dele, para ver se isto pára também. "Somos amigos", é assim estranho. Ele ainda tenta, várias vezes, sempre que estamos juntos tenta... Mas eu digo sempre que não."</p>
Capacidade para denunciar episódios de violência	"Sim. De forma mais rápida, sim... Não tão rápida como gostaria mas sim."

Consequências da violência sofrida	
Sentimentos quando era violentada	<p>" Eu desligava completamente, eu ia para o outro lado, saía do meu corpo. Havia duas fases: na violência sexual, eu saía do meu corpo e focava-me em coisas tipo "o que é que eu tenho para fazer hoje?"; quando era violência física eu congelava; já a verbal eu escalava porque era uma necessidade de me defender e de tentar levantar a voz para ver se passava."</p>
Sentimentos quando pensa nos episódios de violência passados	<p>"É complicado... eu não me orgulho nada de ter exercido também violência, nem que seja em resposta. Não me orgulho nada... Foi muito complicado admitir isso porque passei muito tempo a pensar que era só vítima, e eu não fui só vítima. Já estou naquela fase em que tenho pena mas a vida segue. Não me reconheço, não me conheço nada, não sei quem é aquela pessoa, não sei como é que cheguei ali, como é que desisti de tantas parte de mim. Sinto alguma mágoa e ressentimento mas aprendi muito."</p>
Forma de ser e estar depois de experienciar violência	<p>"Eu já não consigo ouvir berros. Considero isso tão agressivo que para mim é impensável falar aos berros. Tudo o que envolva atividade sexual tem que a haver consentimento, tenho que ter a certeza que estou ali, se vejo que estou a entrar em dissociação... Muito controlo, limites... É um conjunto de valores, limites e respeito... e não desistir de quem sou. Não me anular, não me apagar em prol de outra pessoa."</p>

<p>Projetos de vida</p>	<p>"Ter, tenho. Tenho, tenho, tenho... Estou num trabalho fantástico, consegui-me erguer muito bem. Estou a fazer o que sempre quis fazer (...) tenho casa, estou a pensar em comprar carro, comprar casa, eventualmente, ter filhos, depende também da estabilidade financeira porque nós somos uma geração complicada a nível económico. Mas sim, tenho bastantes planos."</p>
<p>Compreensão da violência doméstica</p>	
<p>O que é a violência doméstica</p>	<p>"Para mim é todo o ato de diminuição da pessoa e manipulação da pessoa através de força verbal, emocional ou falta... invasão de privacidade. Falta de igualdade, acentuar isso, controlar... Há diversas formas, é muito complicado, há diversas formas de violência. Mas sim, sobretudo diminuir e violentar a pessoa... e violência da privacidade e violência dos limites da outra pessoa."</p>

<p>O porquê da existência da violência doméstica</p>	<p>“É um ciclo de normalização de violência. Quando tu recibes violência e não a resolves, não a descontrois, exerces noutra pessoa, é um ciclo de opressão também. E é uma normalização disso tudo e, em alguns casos, confundir isso com amor... Se eu estou a berrar contigo ou se eu te estou a bater é porque gosto de ti, porque interiorizaram isso. Como é que aquela pessoa me pode bater? Tem que me amar então... Porque é impossível, é insuportável achares que ela te odeia ou nem precisa de odiar, que não tem qualquer nível de respeito ou regard por ti. Então tu interiorizas a ideia completamente distópica e disfuncional que ela te ama. Tudo com todo o tipo de violência, na verdade... Dentro da violência doméstica... que é essa a violência física, violência sexual... Se calhar é “eu estou a fazer porque se tu aguentares isto, tudo sobrevives qualquer coisa, sobrevives tudo”. Essa é a desculpa perfeita para tu conseguires viver também com o facto de seres agressor. E eu acho que é isso.”</p>
<p>Ser mulher, sofrer de violência doméstica</p>	<p>“Sim porque isso com os papéis de género, na verdade. E as mulheres têm mais preponderância... Os papéis de género metem se calhar a mulher como “tens que aguentar, tens que ficar calada, tens que apoiar aquela pessoa a nível emocional, tens que quase cuidar e aguentar tudo aquilo que te é dito porque esse é o teu papel - o bem estar daquela pessoa que está contigo”. Enquanto que ao homem é mais a masculinidade tóxica, não é? De realização de todas as frustrações para a mulher... Aquela mulher é o mal de todos os males e, ao mesmo tempo, o bem de todos os bens. Aquela mulher tem que cuidar, portanto todos os problemas que eu tiver vou descarregar ali, porque aquilo é um alvo fácil”. E para do facto de muitas das mulheres estarem dependentes, porque nós não temos o mesmo salário, não temos as mesmas capacidades, não temos as mesmas oportunidades...”</p>

Anexo 6 – Esquema

